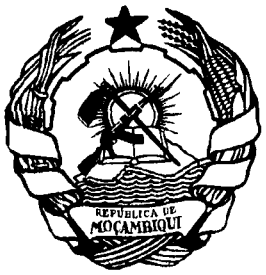
Terça-feira, 9 de Maio de 1995 I SÉRIE — Número 18



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

5.º SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Resolução n.º 5/95:

Aprova o Plano Económico e Social para 1995.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução n.º 5/95

de 9 de Maio

A Assembleia da República, ao abrigo do disposto na alínea *h*) do n.º 2 do artigo 135 da Constituição, determina:

Único. É aprovado o Plano Económico e Social para 1995, em anexo à presente Resolução e que dela faz parte integrante.

Aprovada pela Assembleia da República.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia da República, *Eduardo Joaquim Mulémbwè.*

Plano Económico e Social de 1995

Se se adicionar a estes factores o carácter fortemente restrictivo da política orçamental, o resultado contracionista na economia deverá propiciar alcançar uma redução significativa da taxa de inflação.

Embora o objectivo estabelecido no Plano, para a taxa de inflação seja bastante ambicioso — redução de 70 % em Dezembro de 1994, para 24 % em Dezembro deste ano, parece estarem criadas as condições para que seja possível alcançá-lo.

A taxa de crescimento do PIB projectada para 1995 é de 4 8 %, crescimento da mesma ordem de grandeza do constatado em 1994.

Trata-se de uma previsão conservadora, de forma a evitar que o desenho do programa de política económica se possa vir a ressentir no decurso do ano por o crescimento da oferta ser inferior ao previsto.

No âmbito da política orçamental os objectivos estabelecidos são ambiciosos e visam atingir:

— um aumento da cobrança de receitas em 3 4 pontos percentuais do PIB, que apenas poderá ser atingido através de medidas enérgicas de combate à evasão fiscal;

— redução das despesas correntes em 3.3 pontos percentuais do PIB. Esta redução será acompanhada por uma reafectação da estrutura da despesa pública, reduzindo-se os gastos com Defesa e Segurança e aumentando-se a parcela destinada à Saúde e Educação;

— redução do défice orçamental antes de donativos em 8 pontos percentuais do PIB e redução do défice após donativos em 4.5 pontos;

— em resultado do cumprimento das metas acima estabelecidas o Estado efectuará pagamentos junto da banca no valor de 391 milhões de contos que equivalem a 3 % do PIB e a 14 % da receita corrente do Estado.

Os objectivos estabelecidos para a política monetária, são consistentes quer com a inflação que se pretende atingir, quer com as metas estabelecidas para a política fiscal. Assim:

— a Massa Monetária deverá crescer 26 5 % em termos nominais, o que compara com um crescimento, também nominal, do PIB de 51 %;

— os Activos Internos Líquidos do sistema bancário crescerão a uma taxa nominal de 23.6 %;

Plano de 1995

Aspectos gerais

Plano de 1995 — Principais Indicadores

Indicador	Realização 1994	Plano de 1995
Economia real:		
Produto Interno Bruto — T. Cresc. Real	5 % [8652 mdc.]	4.8 % [13062 mdc.]
Inflação	70.1 % em Dezembro	24 % em Dezmbro
Política fiscal:		
Receitas correntes em % do PIB	17.6 % [1.526 mdc.]	21.0 % [2.745 mdc.]
Despesas correntes em % do PIB	22.9 % [1978 mdc.]	19.6 % [2.558 mdc.]
Cobrança contravalores em % da despesa total	15.4 %	18.4 %
Défice orçamental antes do donativo em % PIB	29.7 % [2.571 mdc.]	21.3 % [2.787 mdc.]
Défice orçamental depois do donativo em % PIB	8.2 % [714 mdc.]	3.7 % [478 mdc.]
Crédito bancário líquido ao Governo em % PIB	— 1.4 % [— 76 mdc.]	— 3 % [—391 mdc.]
Política monetária:		
Reservas internas liq. em % exportações	29.4 % [44 mio USD]	23.5 % [+ 40 mio USD]
Massa monetária — T. crescim. real	— 14.2 %	— 12 %
Activos internos líquidos — T. crescim. real	— 8.4 %	— 14 %
Crédito a economia — T. crescim. real	2.4 %	28 %
Outros activos e passivos líquidos	+ 26 mdc.	— 248 mdc.
Taxa de juro	Positiva no IV TR	Positivo
Relações externas:		
Taxa de câmbio	59 %	3 pontos de perda de termos de troca
Exportações de bens	149.5 milhões USD	170 milhões USD
Importações de bens	1018.5 milhões USD	868.7 milhões USD
Donativos	565 milhões USD	433 milhões USD
Créditos	260 milhões USD	255 milhões USD
Alívio de dívida	387 milhões USD	327 milhões USD

O ano de 1995 trará consigo um reajustamento de sinal negativo na economia, por força de terem terminado os factores especiais.

Espera-se que a procura interna diminua quase 5 %, reflectindo a redução do consumo público que volta aos níveis «normais», de antes de 1994, e o reajustamento no investimento público que se prevê que diminua na sequência duma escolha mais criteriosa dos projectos.

— o melhoramento da posição líquida do Estado junto do sistema bancário em 391 mdc permitirá criar espaço para o crescimento do crédito aos restantes sectores da economia, prevendo-se que o aumento nominal seja de 84 %, o que considerando a inflação média prevista de 44 %, significará um crescimento real de 28 %.

No âmbito das exportações de bens prevê-se que possam atingir 170 milhões de dólares, o que significa um crescimento de cerca de 14 % face a 1994.

Quanto às importações de bens, o levantamento de disponibilidades de financiamento, aponta para um nível de 869 milhões de dólares, nível semelhante ao constatado em 1992, antes do início da implementação dos factores especiais.

O nível de financiamento externo da balança de pagamentos calculado em 1,013 milhões de dólares 15/, incluindo o alívio de dívida externa, é inferior em 190 milhões ao de 1994. Esta redução corresponde, em ordem de grandeza, ao montante total dos factores especiais implementados no ano anterior.

No conjunto, as perspectivas do clima de negócios, em 1995, deverão melhorar substancialmente, tendo em consideração que a política económica visará:

— desacelerar a inflação, o que dará maior confiança aos investidores e garantia de que os seus activos monetários serão preservados;

— o Governo irá desenvolver as acções necessárias para garantir um controlo mais eficaz das Alfândegas, o que permitirá reduzir o problema da concorrência ilegal das importações que não pagam direitos alfandegários;

— o programa de privatizações das empresas públicas prosseguirá prevendo-se a alienação de pelo menos 10 grandes empresas;

— o crédito à economia crescerá em termos nominais 84 %, suportando o financiamento privado da actividade económica;

— a desaceleração progressiva da inflação permitirá um movimento idêntico nas taxas de juro;

— não se prevê problemas nas disponibilizações de fundos externos para importações, visto dispor-se já neste momento dos fundos do Banco Mundial, Suiça e CEE.

15/ Este nível de financiamento é inferior ao obtido no VIII Grupo Consultivo, uma vez que no desenho do programa de política económica se entrou em linha de conta com factores de segurança que traduzem a probabilidade de os desembolsos não se verificarem na totalidade, durante o ano de 1995.

Contas nacionais

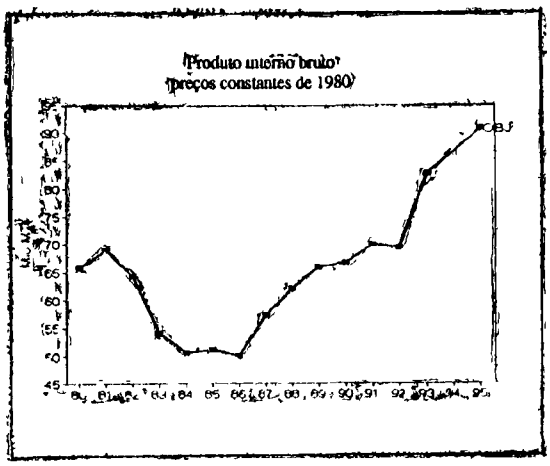
O crescimento estimado para o PIB em 1995 é de 4.8 %, ritmo de crescimento semelhante ao alcançado em 1994.

O consumo público, após o crescimento registado em 1994 devido aos factores especiais, deverá contrair-se 20 %.

Por seu turno o consumo privado, também reflectirá a redução da procura no país gerada pelos estrangeiros que aqui permaneceram durante o ano anterior, bem como o desaparecimento das remunerações que foram pagas no âmbito dos programas especiais durante 1994.

Este efeito negativo do reajustamento também se fará sentir nas exportações de serviços, sobretudo no âmbito do turismo (divisas vendidas por estrangeiros e compradas pelo mercado secundário de câmbios).

Do lado das importações o retorno a níveis semelhantes aos de antes de 1993, provocarão uma quebra, face a 1994, estimada em 15 %, em termos reais.



Despesa interna

Taxas de crescimento em volume [%]

	1993	1994	1995 P
Consumo total:	17 1	3.7	- 6.2
Consumo privado	20 2	- 2.3	- 2.1
do qual: autoconsumo	21 8	5.0	5 0
Consumo público	5 8	28 9	- 20.0
F. B. C. F.	15 5	5.0	- 3.0
Procura interna	16 4	4.2	- 4.8
Exportações de bens e serviços	3.4	7.3	0.7
Procura global	14 6	4.6	- 4.1
Importações de bens e serviços	8 5	4.1	- 15.4
Balança de bens e serviços	10 8	2.8	- 22.1
PIBpm	19.3	5 0	4.8

Taxas de crescimento dos deflactores [%]

	1993	1994	1995
Consumo total:	48.8	51.3	43.9
Consumo privado	49.8	52 5	44.3
do qual: autoconsumo	49 6	40 0	44.3
Consumo público	44.7	47.4	42.4
F. B C. F.	53 7	60 1	47.8
Procura interna	50 9	55 1	45.7
Exportações de bens e serviços	52 0	61 8	47.5
Procura global	51 0	55 9	46 0
Importações de bens e serviços	57.5	62.9	48.9
PIBpm	46 5	50.8	44.1

Preços correntes [10'9 MT]

	1993	1994	1995
Consumo total:	4753.9	745[illegible].0	10062.7
Consumo privado	3838 6	571[illegible] 5	8081 1
do qual: autoconsumo	1850 0	271[illegible] 6	4112.0
Consumo público	915 3	173[illegible] 5	1981.6
F. B. C. F.	3579.1	601[illegible] 8	8620.2
Procura interna	8333.0	1347[illegible] 8	18682.9
Exportações de bens e serviços	1161.5	201[illegible] 7	2993 9
Procura global	9494.5	1548[illegible] 5	21676 8
Importações de bens e serviços	4031.1	683[illegible].4	8615.0
Balança de bens e serviços	2869.6	481[illegible].7	5621.1
PIBpm	5463.4	865[illegible].1	13061.8

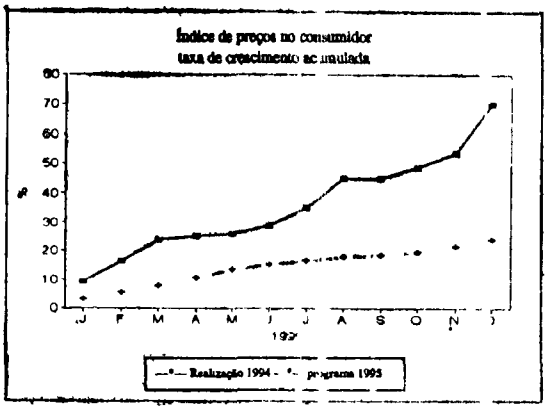
Inflação

O objectivo da inflação em 1995 é o de conseguir uma desaceleração progressiva até atingir uma taxa de 24 % em Dezembro de 1995, comparado com o mesmo mês do ano anterior.

O gráfico ilustra bem o esforço que é necessário para que aquele objectivo possa ser atingido, comparando as taxas registadas em 1994, com as que se pretende atingir em 1995.

A obtenção deste objectivo vai se basear, de acordo com o Plano de 1995, numa política monetária e fiscal fortemente restrictivas.

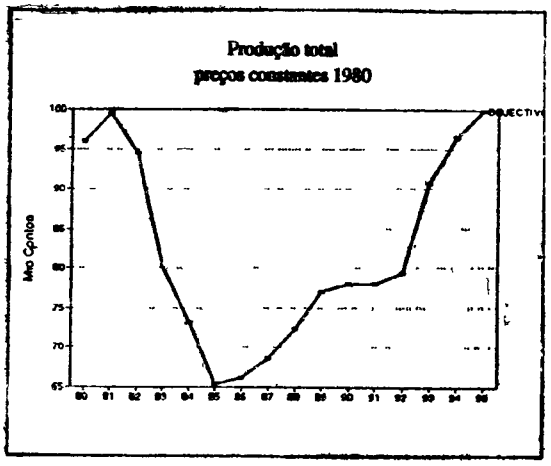
As condições para alcançar aquele objectivo parecem estar criadas em 1995, uma vez que será um ano em que a procura se restringirá fortemente, quando comparada com o ano anterior. O fim da implementação dos factores especiais é a principal explicação desta restrição da procura, abrangendo quer o sector público quer o privado. Deste modo, existem poucas condições do lado da procura que possam alimentar a inflação, desde que as políticas fiscal e monetária sejam executadas de acordo com o programado.



Produção e valor acrescentado

No âmbito da produção, as previsões efectuadas foram conservadoras e duma maneira geral inferiores às propostas pelos Ministérios de tutela, tendo em consideração que a experiência mostra ser preferível manter uma margem para a ocorrência de eventuais factores negativos não previstos.

De salientar que, embora a previsão de crescimento da agricultura tenha sido cautelosa, ela não leva em linha de conta os efeitos de uma eventual seca.



A Indústria e Pesca, pela primeira vez desde 1990, apresenta uma perspectiva de evolução positiva. Espera-se um crescimento na indústria transformadora de 2.5 % que, a concretizarem-se as previsões, será sobretudo assegurado por situações localizadas, não generalizadas ao conjunto de toda a transformadora.

As perspectivas de crescimento na construção foram baseadas, fundamentalmente, na evolução que se prevê para o investimento público, devendo contudo ser confirmadas quando o PTIP se encontrar finalizado.

Na área de serviços, o decréscimo de quase 7 % previsto, resulta do reajustamento da procura e da redução do consumo público, ambos consequência do fim dos programas especiais.

Produção total

Taxas de crescimento em volume [%]

	1993	1994	1995
Agricultura e pecuária	21.3	4.8	5.5
Indústria e pesca	-6.7	-6.0	13.3
Construção	7.0	7.5	7.0
Transportes e comunicações	16.7	3.8	14.8
Serviços	22.3	15.0	-6.9
Comércio grosso e retalho	34.5	1.3	1.0
Restaurantes e hotéis	72.0	0.1	3.0
Serviços de empresas	26.6	12.7	0.0
Serviços do Governo	5.8	28.9	-20.0
Serviços domésticos, pessoais	20.7	18.1	0.0
Produção total	14.3	6.6	3.4

Preços correntes (10'9 MT)

	1993	1994	1995
Agricultura e pecuária	2124.8	3126.8	4749.6
Indústria e pesca	1249.9	1903.3	3163.5
Construção	848.6	1484.0	2326.2
Transportes e comunicações	1157.2	1621.0	2727.0
Serviços	2670.7	4769.9	6385.1
Comércio grosso e retalho	583.2	948.2	1381.9
Restaurantes e hotéis	245.5	391.1	581.3
Serviços de empresas	743.1	1344.7	1940.4
Serviços do Governo	915.3	1739.5	1981.6
Serviços domésticos, pessoais	185.6	346.4	499.9
Produção total	8051.1	12905.1	19551.4

Valor acrescentado a preços correntes (10'9 MT)

	1993	1994	1995
Agricultura e pecuária	1687.0	2486.4	3776.9
Indústria e pesca	611.2	909.4	1511.5
Construção	356.4	623.3	977.0
Transportes e comunicações	636.4	891.6	1499.9
Serviços	1798.7	3174.5	4314.2
Comércio grosso e retalho	583.2	948.2	1381.9
Restaurantes e hotéis	121.8	195.6	290.6
Serviços de empresas	371.6	672.4	970.2
Serviços do Governo	537.8	1014.4	1175.1
Serviços domésticos, pessoais	184.4	344.0	496.4
Valor acrescentado bruto	5089.7	8085.2	12079.5
Impostos ligados ao consumo	373.7	566.9	982.3
PIBpm	5463.4	8652.1	13061.8

Agricultura e Pecuária

Segundo as informações sobre o desenvolvimento da campanha em curso, prevê-se que em algumas regiões do país se registem rendimentos de produção muito baixos, em consequência da irregularidade e ou insuficiência das chuvas. Não se detém, no entanto, informação suficiente que permita quantificar os efeitos sobre a produção destes factores climatéricos. Não obstante, as previsões efectuadas foram conservadoras, tendo em atenção que os efeitos nefastos da seca poderão vir a ser una realidade.

Assim, previu-se que a produção do sector empresarial venha a crescer, em 1995, 10.5 %, ritmo que é ligeiramente inferior ao constatado no ano anterior. Este crescimento é sobretudo suportado pelo aumento previsto na produção de cana de açúcar — fábricas de Xinavane com 132 mil toneladas e Açucareira de Moçambique com 300 mil. Esta última prevê aumentar a área de colheita de cana em 56 % e um aumento do rendimento agrícola em 53 %.

Ainda no que concerne ao sector empresarial, de assinalar a quebra prevista na produção de algodão caroço, que resulta sobretudo de dificuldades financeiras nas empresas para a aquisição de insecticidas e nos problemas de gestão de algumas empresas do ramo (Pidico, CIM, Samo e Textáfrica).

Agricultura — Produtos mais importantes

	1994			1995 Plano			Cresc. real 1995	Peso no tot. em 1994
	Sector familiar	Sector empresarial	Total	Sector familiar	Sector empresarial	Total		
Produtos de exportação.							9.4	27 %
Algodão	29 708	19.749	49.457	32.000	15 000	47 000	-5.0	13 %
Copra	15.090	13.700	28.790	15 150	13.700	28 850	0.2	4 %
Cana de açúcar	0	233.950	233.950	0	432.000	432 000	84.7	4 %
Castanha de caju	29.362	0	29.362	26.700	0	26 700	-9.1	6 %
Produtos básicos de alimentação:							8.7	57 %
Milho	107.176	38.844	146 020	115.000	42.000	157 000	7.1	21 %
Arroz	14 480	14 520	29.000	16 185	15 000	31 185	7.1	8 %
Mandioca	21.516	8 679	30 195	23 651	12 000	35 651	18.1	6 %
Amendoim	8.156	820	8.976	10 200	921	11.121	23.9	4 %
Feijão	14.337	1 630	15 967	15 375	2 500	17.875	11.9	6 %
Hortícolas	6.000	38.091	44 091	6.000	38.000	44.000	-0.1	13 %
Produtos para a indústria:							5.7	8 %
Tomate	1.400	15.374	16 774	1 400	15 393	16.793	0.1	8 %

Para a comercialização do sector familiar prevê-se um aumento de 6.7 %, em 1995 sendo o crescimento sobretudo nos produtos básicos alimentares. De facto, os resultados já existentes sobre a comercialização de castanha de caju determinaram que se baixasse a previsão de 40 mil toneladas para 26.7. Este resultado negativo é devido sobretudo aos efeitos do ciclone Nadia em Nampula, onde em 1995 deverão ser comercializadas, apenas, 17 mil toneladas contra 27.5 em 1994 e mais de 60 mil no início da década de 80.

Relativamente aos restantes produtos os crescimentos previstos na comercialização do sector familiar são modestos, sobretudo se avaliados em termos de per capita de pessoa ocupada no sector familiar.

Apesar de o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo propor metas muito mais optimistas para a comercialização total, como mostra o quadro seguinte, preferiu-se reter previsões mais cautelosas tendo em consideração os potenciais efeitos da seca por um lado, e por outro que alguns dos factores que afectaram negativamente a campanha anterior poderão permanecer em 1995. De entre esses factores ressaltam-se a escassez de financiamento bancário e as dificuldades de acesso de forma rentável a alguns pontos do país, devido ao estado das vias de comunicação

Comercialização total — Sector familiar e empresarial

	Quantidades em Ton Plano		Cresc. em volume (%)
	1994	1995	1995
Milho	117.776	143 000	21.4
Arroz	17 035	20.750	21.8
Mapira	1 214	2 000	64.7
Copra	30 180	30.300	0.4
Mandioca	21 516	29 000	34.8
Amendoim	8.156	12 000	47.1
Mafurra	539	1.250	131.9
Castanha de caju	29.362	26 700	-9.1
Feijão	14 741	20 500	39.1
Girassol	0	140	..
Total			21.0

A previsão para a comercialização pecuária é de um aumento de cerca de 11 %, ritmo inferior ao do ano anterior. A justificação fundamental desta previsão reside no facto de se antever que os produtores invistam no repovoamento, sobretudo, de bovinos. Para o efeito estão em curso a reabilitação de infra-estruturas de apoio a esta actividade, nomeadamente, postos de fomento pecuário que servirão de núcleos de multiplicação e distribuição de gado, pontos de abeberamento e de tanques carracicidas para garantir a assistência aos animais.

Comercialização de produtos da pecuária

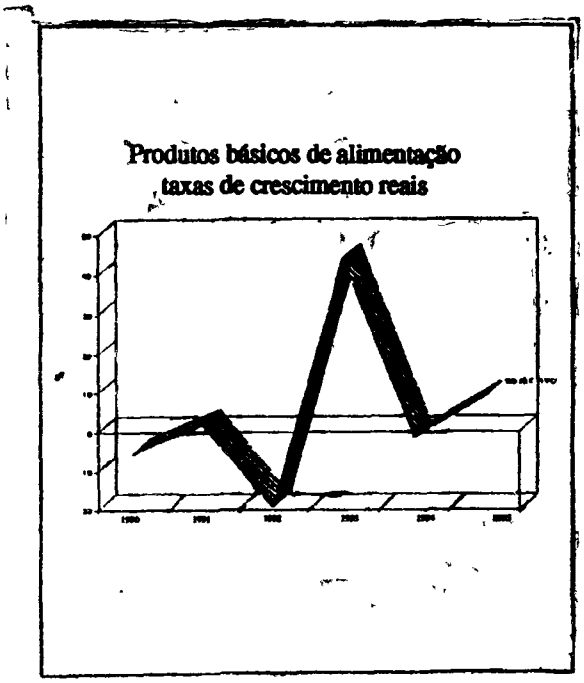
	Unidade	Quantidades Plano		Cresc. real (%) Plano		Estrutura 1995
		1994	1995	1994	1995	
Bovinos	Ton.	918	961	-7.1	4.7	18 %
Suínos	Ton	1 011	1 000	-15.8	-1.1	19 %
Frango	Ton.	2.603	3 045	58.7	17.0	51 %
Ovos	10'3 Un.	5.788	7.500	58.9	29.6	6 %
Leite	10'3 Lt.	1.540	1.600	102.4	3.9	6 %
Total de produção pecuária				21.9	10.7	100 %

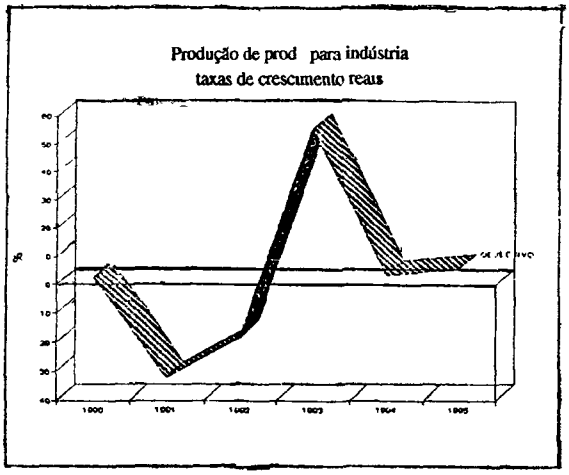
No que concerne à produção florestal e faunística ela será garantida pelo sector privado. Considerando a dinâmica que caracteriza este sector o Ministério da Agricultura e Pescas, centrará as suas acções na promoção do envolvimento das comunidades locais no manejo e gestão dos recursos silvestres. Estas medidas têm em vista a elevação do nível de vida das comunidades rurais, que é um dos principais objectivos estabelecidos no programa do Governo para o corrente ano.

Quanto à previsão sobre o autoconsumo, releve-se um crescimento de 5 %, uniforme em todos os sectores, o que per capita significará um aumento de apenas 0.8 %, o que não compensa, ainda, a quebra de 5.7 % registada em 1994.

Agricultura e pecuária — Taxas de crescimento reais [%]

	1994	Plano 1995
Agricultura :	4.8	5.5
Comercialização do sector familiar	-4.7	6.7
Produção do sector empresarial	11.6	10.5
Autoconsumo do sector familiar	5.0	5.0
Pecuária:	7.8	6.1
Comercialização	21.9	10.7
Autoconsumo do sector familiar	5.0	5.0
Autoconsumo diverso	5.0	5.0
Autoconsumo total per capita	-5.7	0.8
População est. em situação de autoconsumo (10'3)	12.457	12.975
Agricultura e pecuária	4.8	-5.5





Assim, no conjunto, o sector agrícola e pecuário deverá, em 1995, crescer 5.5 % face ao ano anterior, previsão que só se confirmará se os efeitos da seca não vierem a ser drásticos.

As políticas a desenvolver neste ano estarão viradas, sobretudo, para o apoio ao sector familiar, com particular destaque para os deslocados e refugiados, de modo a elevar os seus níveis de produção e garantir a curto e médio prazos o seu auto abastecimento. A distribuição de terras e de insumos agrícolas continuarão a ser efectuados. O quadro seguinte mostra a previsão da distribuição de sementes e utensílios agrícolas ao sector familiar, no ano de 1995:

Sementes e utensílios agrícolas — Ano Agrícola 95-96

	Quant Ton /Un.	T. Cresc. [%]
Milho	9 062	
Arroz	4.511	
Mapira	2.403	
Amendoim	3.135	
Mexoeira	836	
Feijão	4.118	
Sementes total	24.065	10.5
Utensílios:		
Enxadas	1 050.00	
Catanas	525.000	
Machados	525.000	
Foices	150.000	
Limas	105 000	
Utensílios total	2 355.000	75.7

Este plano de distribuição ao sector familiar, a conseguir realizar-se, significará um crescimento de 10.5 % na distribuição de sementes e 76 % na de instrumentos agrícolas, face à campanha anterior.

Está também, em curso no Ministério da Agricultura e Pescas a preparação do PROAGRI (Programa de Desenvolvimento da Agricultura para o Sector Familiar) que tem como objectivo a criação de condições para estimular o desenvolvimento do sector. O início da sua implementação está previsto para o ano de 1996. Espera-se com este programa lançar as linhas mestras que impulsionarão o desenvolvimento do sector agrário, elevando os níveis de produção e de produtividade, através da introdução de tecnologias melhoradas e de prestação de melhores serviços de apoio, com o envolvimento das próprias comunidades.

Relativamente ao sector empresarial, o apoio não se manifestará de uma forma directa, dada a sua autonomia de gestão, mas serão desenvolvidos esforços, no sentido de se criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das suas actividades, em coordenação com diversas instituições relevantes na definição e estabelecimento das políticas de desenvolvimento. De referir que, no caso específico da Agricultura, o bom ambiente empresarial dependerá do estabelecimento de formas mais atractivas de financiamento (taxas de juro preferenciais e correcção dos períodos de reembolsos); da redução dos encargos fiscais, incluindo os direitos aduaneiros nas importações de insumos e equipamentos básicos; e da melhoria das condições do mercado.

Importa, ainda, referir que, em relação às empresas estatais agrárias (actualmente praticamente inoperacionais) se procurará dar uma maior atenção ao seu processo de reestruturação, de modo a que estas possam reassumir o seu papel no processo de produção.

De referir que para o cumprimento do plano, certos factores poderão vir a ter uma influência negativa para os resultados da campanha.

De entre eles, destaque particular vai para os problemas climatéricos, aprovisionamento insuficiente e distribuição não atempada de insumos agrícolas e medicamentos veterinários, ocorrência de pragas e surtos de doenças, bem como deficiente comercialização.

As principais acções de política a serem desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura e Pescas são as seguintes:

Preços :

— Avaliar a eficácia do estabelecimento dos preços mínimos ao produtor e fixá-los de forma a que incentivem os produtores.

Gestão dos fundos públicos :

— Realizar a revisão das despesas públicas no sector agrícola;
— Integrar num único programa os vários projectos financiados por doadores, com maior prioridade para os serviços de extensão agrária e pesqueira.

Agricultura :

— Assegurar o acesso ao uso e aproveitamento da terra, através da revisão e actualização da Lei e do Regulamento das Terras;
— Realizar a actualização do registo da posse da Terra;
— Melhorar os níveis de rendimento das culturas alimentares, através da aplicação de técnicas culturais apropriadas, distribuição de sementes *melhoradas e de ciclo vegetativo curto com o* objectivo de diminuir os efeitos dos déficites de precipitação em determinadas regiões do país;
— Realização de campanhas fitossanitárias como medida preventiva das diversas pragas que ultimamente tem afectado as campanhas agrícolas e consequentemente os níveis de produção;
— Promover o fomento da produção das variedades tolerantes a seca em regiões que por tradição têm sido vulneráveis a esta calamidade.
— Através dos serviços de extensão, reactivar o hábito de produção, selecção e conservação de sementes pelo sector familiar, bem como técnicas de con*servação de solos e humidade;*
— Promover o fomento da produção das variedades tolerantes a seca em regiões que por tradição têm sido vulneráveis a esta calamidade;
— Estimular a construção de pequenos sistemas de regadio pelo sector familiar e pequenos e médios agricultores;
— Promover o uso de matéria orgânica para melhoramento da fertilidade dos solos;
— Expansão da rede de recolha da informação meteorológica e monitoria da campanha agrícola;
— Em coordenação com as instituições relevantes, preparar a campanha de comercialização agrícola, através de levantamentos por província das estimativas de produção a comercializar de modo a preparar-se e disponibilizar-se a tempo os financiamentos necessários.

Pecuária :

— Actualização das normas de comercialização de animais, seus produtos e sub-produtos;
— Actualização do regulamento de sanidade pecuária;
— Criação do fundo de fomento pecuário;
— Controle das principais doenças através de acções profiláticas;
— Estudos com vista a maximizar, o potencial genético animal, existente localmente o que pressupõe a redefinição das funções das estações zootécnicas.

Florestas :

— Com base no inventário florestal nacional já realizado e, após a conclusão do mapeamento em curso proceder ao zoneamento florestal com vista ao ordenamento do processo de produção;
— Elaboração e ou aprovação de planos de maneio e gestão de cada uma das zonas estabelecidas;
— Estabelecimento de áreas piloto de gestão comunitária.

Fauna :

— Realização do inventário nacional para o apuramento dos efectivos de fauna e reconhecimento do estado actual das áreas de conservação (parques nacionais, reservas de caça e coutadas);
— Elaboração do plano de maneio e gestão da fauna bravia, que servirá para a definição das linhas mestras para o desenvolvimento do sector;
— Com base no inventário, reconhecimento e plano de maneio decidir sobre a necessidade de manutenção e ou eliminação de algumas das áreas de conservação, redefinição de fronteiras ou criação de novas áreas;
— Reabilitação dos parques nacionais e reservas de caça;
— Estabelecimento de áreas piloto de gestão comunitária;
— Promover o estabelecimento de herdades de caça.

Indústria e Pesca

A previsão para o conjunto da indústria transformadora e pesca, em 1995, é de um crescimento um pouco superior a 13 %. À primeira vista esta previsão pode parecer demasiado optimista, principalmente se se tiver em conta *que nos últimos anos se têm verificado diminuições suces-*

sivas. No entanto, o resultado obtido para 1995, encontra-se baseado nos crescimentos significativos de relativamente poucos produtos/ramos, os quais na sua maioria são novos face a 1993 e 1994. Para os restantes subsectores foram previstas diminuições cuja intensidade foi aferida pelo ocorrido no passado recente.

Indústria e Pesca [10'9 MT]

	P. Constantes de 1993			Taxa de crescimento em volume [%]		Estrutura [%] 1995
	1993	1994	1995	1994	1995	
Recursos Minerais	29.0	31.8	53.0	9.4	66.8	4 %
Pesca	329.3	337.1	371.9	2.4	10.3	31 %
Derivados da agricultura (Ex. M. da Agricul.)	63.3	54.5	72.1	- 13.9	32.2	6 %
Outra indústria transformadora (Ex. M. I. E.)	664 5	594.0	608.9	- 10.6	2.5	51 %
Indústria mat. de construção	39.2	39.9	89 0	2.0	122 8	7 %
	1125.3	1057.2	1194 8	- 6.0	13.0	100 %

Na área dos recursos minerais, o crescimento previsto é de cerca de 67 %, sendo sobretudo devido à grafite, cuja empresa produtora começou a laborar em 1994. Também na área do ouro existem boas perspectivas de exportação, o que permite prever o crescimento da respectiva produção.

Recursos Minerais [10'9 MT]

	Unidade média	Quantidades		Valor P Const 93		Taxa de crescimneto em volume [%]		Estrutura [%] 1995
		1994	1995	1994	1995	1994	1995	
Carvão de queima	Ton.	0	6.000	0.0	0.2	- 100.0	-	0 %
Carvão de coque	Ton.	0	10.000	0.0	0.2	- 100.0	-	0 %
Carvão bruto	Ton.	0	10 000	0.0	0.2	- 100.0	-	0 %
Bauxite	Ton.	9.620	8.000	1 8	1.5	59.4	- 16.8	3 %
Ouro	Kg	335	350	14.0	14.6	124.7	4.4	28 %
Tantalite	Ton.	0	0	0.0	-	-	-	0 %
Produtos diversos do GPL	Valor	0	195	0.0	0.0	- 72.6	139.0	0 %
Bentonite tratada	Ton.	1.879	1.500	0.5	0.4	149.2	- 20.2	1 %
Bentonite bruta	Ton.	1.200	0	0.1	0.0	- 98.8	- 100.0	0 %
Mármore blocos para exportação	M^3	1.501	1.500	2.2	2.2	26.4	- 0.1	4 %
Marmore para mercado interno	M^3	0	0	0.0	0.0	- 100 0	-	0 %
Mármore em chapas	M^2	52.300	50.000	4.9	4.7	52.1	- 4.4	9 %
Esmeraldas	Kg	11	13	0.2	0.2	- 69.4	14.0	0 %
Grafite	Ton.	500	5.000	2.5	25 1	-	900.0	47 %
Granadas facetável	Kg	1.173	1 250	0.3	0.4	275.8	6.6	1 %
Pedras lapidadas	Carates	6.446	8.250	0.0	0.0	- 22.1	28.0	0 %
Pedras preciosas	Kg	419	267	5 2	3.3	56.5	- 36.1	6 %
				31 8	53.0	9.4	66.8	100 %

Principais políticas e acções a serem desenvolvidas pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia.

Geologia :

— Efectuar os estudos para a avaliação das reservas de alguns minerais, tais como o cobre, fluoritas e fosfatos, aplicando métodos integrados de geoquímica e geofísica na região de Manica;

— Elaborar a carta geológica da plataforma continental de Moçambique na escala de 1/1 000 000 incluindo a recompilação das cartas batimétricas, realização de sondagens ao largo do Maputo;

— Concluir a elaboração da carta de jazigos e ocorrências minerais na escala 1/1 000 000 e da respectiva notícia explicativa;

— Proceder ao levantamento geológico e geoquímico na região de Namuno e Balama na província de Cabo Delgado e Ruteta Ulipi e Chalana na província de Nampula, à escala de 1/50 000;

— Proceder ao reconhecimento geológico das formações auríferas no distrito de Lagos na província do Niassa;

— Elaborar a carta tectónica de Moçambique na escala de 1/200 000.

Minas :

— Concluir a revisão da lei e regulamento das minas;

— Concluir o estudo de pre-viabilidade para a reabilitação das minas de tantalite de Muiane e Morrua, na província da Zambézia;

— Reactivar as acções de inspecção, fiscalização e controlo das actividades minerais com vista à melhoria das condições de segurança técnica, protecção do meio ambiente e combate ao tráfego ilegal de minerais e metais preciosos;

— Prosseguir a pesquisa geológica de minerais pesados das áreas de Xai-Xai, Micane Deis, Pebane-Bochaze e Angoche;

— Montagem da instalação experimental para recolha de amostras com vista a determinar a possibilidade de ocorrência de diamantes na região de Chicualacuala.

Carvão e Hidrocarbonetos :

— Reactivar as negociações com potenciais investidores visando a reabilitação e expansão das minas de carvão de Moatize e respectivas infra-estruturas;

— Realizar 3 furos profundos para aumento das reservas de gás natural de Pande;

— Concluir as negociações dos contratos para pesquisa, produção e transporte do gás natural.

Energia :

— Iniciar a construção das linhas de transmissão de energia para a RAS e Zimbabwe;

— Concluir os acordos de fornecimento de energia ao Malawi;

— Elaborar e concluir o projecto de lei de electricidade;

— Conceber as bases para a definição de uma política energética;

— Garantir o início da entrada em funcionamento da nova terminal de petróleos no cais da Matola;

— Ajustar os preços dos produtos petrolíferos e da energia, trimestralmente de forma a reflectir os aumentos de custos.

Reestruturação empresarial :

— Prosseguir as acções de reestruturação das empresas CARBOMOC, MARMONTE, GPL, ENH, Petromoc e EDM;

— Reforçar a gestão das participações do Estado nas empresas mineiras e energéticas;

— Melhorar o sistema de facturação da EDM em relação aos consumidores.

Na área da pesca, a previsão aponta para um crescimento superior a 10 %, e que é quase o dobro do registado em 1994. Particularmente, as previsões de produção de peixe e de gamba para 1995 mostram-se significativamente elevadas face às capturas reais do ano anterior. Relativamente ao peixe, o facto deve-se, por um lado, ao aumento previsto na captura da kapenta (peixe de água doce) e atum e, por outro lado, à previsão de maiores descargas de fauna acompanhante da gamba.

Relativamente a este marisco, tem-se verificado nos últimos tempos um aumento da frota operando nesta pescaria e que permite prever maiores volumes de captura, não só da própria gamba, mas também da respectiva fauna acompanhante, que inclui lagostim, caranguejo e peixe, entre outros.

Relativamente à pescaria de camarão do Banco de Sofala que tem constituído enorme preocupação da gestão pesqueira, devido ao seu estado de sobreexploração, prevê-se para 1995 uma ligeira redução do esforço de pesca, através da retirada de algumas embarcações industriais. Esta redução da frota, reforçando outras medidas tomadas ao longo de 1994, nomeadamente o aumento do tamanho da malha das redes dos camaroneiros, permitirá uma cada vez maior recuperação dos níveis dos rendimentos médios diários nesta pescaria.

Pesca [10'9 MT]

	Unidade média	Quantidades		Valor P Const 93		Taxa de crescimento em volume [%]		Estrutura [%] 1995
		1994	1995	1994	1995	1994	1995	
Peixe	Ton.	14.000	16 000	65.2	74.5	64 3	14.3	20 %
Camarão	Ton.	6.600	7.000	196 6	208 5	- 10 1	6 1	56 %
Lagostim	Ton.	300	450	12.7	19 1	- 32 3	50 0	5 %
Lagosta	Ton.	300	320	11.2	11 9	- 3 8	6 7	3 %
Caranguejo	Ton.	350	400	2.9	3 3	- 13.8	14 3	1 %
Gamba	Ton.	2.500	2 800	46 5	52 1	36 4	12 0	14 %
Lulas	Ton.	120	150	2 0	2 5	- 36 2	25 0	1 %
				337.1	371.9	2 4	10 3	100 %

Quanto às indústrias transformadoras de produtos agrícolas tuteladas pelo Ministério da Agricultura e Pescas, prevê-se um crescimento de 32 %, baseado, sobretudo na evolução esperada em dois produtos: açúcar (em consonância com o aumento de produção referido para a cana sacarina) e amêndoa de caju. Neste último caso, prevê-se a produção de 2,100 toneladas, baseado no facto de, em 1995, se esperar que laborem todas as fábricas, ao passo que em 1994 estiveram em funcionamento, apenas, duas. Assim, a exportação de castanha de caju deverá diminuir, face ao que ocorreu em 1994, em favor duma produção maior de amêndoa.

Indústrias tuteladas pelo ex-Minstério da Agricultura [10'9 MT]

	Unidade média	Quantidades		Valor P Const 93		Taxa de crescimento em volume [%]	
		1994	1995	1994	1995	1994	1995
Açúcar	Ton	19228	22000	11 4	13 0	24.4	14.4
Melaço	Ton	8022	9200	0 7	0 8	52 8	14.7
Chá	Ton.	443	450	1 1	1.2	35.1	1 6
Amêndoa de caju	Ton.	671.8	2100	7 3	22.7	- 76.4	212 6
Algodão fibra	Ton	15286	15423	34 0	34 3	54 4	0.9
				54 5	72.1	- 13.9	32 2

Quanto à produção de materiais de construção, o crescimento de 123 % previsto é justificado, fundamentalmente, pelo cimento, cuja fábrica reabilitada iniciou já a sua produção em pleno. O fibrocimento deverá, também crescer uma vez que passa a dispor de matéria-prima nacional, sem necessidade de recorrer a importação.

Indústrias de materiais de construção [10'9 MT]

	Unidade média	Quantidades 1994	Quantidades 1995	Valor P Const 93 1994	Valor P Const 93 1995	Taxa de crescimento em volume [%] 1994	Taxa de crescimento em volume [%] 1995	Estrutura [%] 1995
Cimento	10'3 Ton	65	180	27.3	75.4	4.8	176.1	85 %
Fibrocimento	10'3 M³	2	2.5	11 2	12.1	-4.2	8.7	14 %
Pedra	0'3 M³	134	134	1 5	1 5	-0 3	0 0	2 %
				39 9	89.0	2 0	122.8	100 %

Para a restante indústria transformadora (tutelada pelo ex-MIE), prevê-se ao fim de vários anos de decréscimo, um aumento de 2.5 %. Este crescimento é justificado praticamente por três ramos — alimentação, bebidas e material de transporte.

Refira-se que no caso das bebidas, justificam o crescimento previsto a expectativa de que o Grupo Sogere funcionará nos seus níveis normais, anteriores aos problemas registados em 1994; e a empresa SOSUN, de refrigerantes, atingirá a meta programada de 20 milhões de litros.

No ramo do material de transporte supôs-se o acabamento, em 1995, de pelo menos 45 vagões da encomenda dos CFM, cuja produção iniciou em finais de 1993, bem como a realização da produção de 20 vagões para a Tanzania, totalizando 65 unidades.

Adicionalmente, as facilidades aduaneiras introduzidas em 1994, visando reduzir o impacto das taxas aduaneiras na importação de matérias-primas, deverão produzir efeitos positivos visíveis em 1995.

Como se constata do relato efectuado a melhoria prevista, em 1995, é mais que tudo pontual, não podendo ser interpretada como uma recuperação do sector industrial no seu conjunto

Restante indústria transformadora e energia (ex. Ministério da Indústria e Energia) [10'9 MT]

		Valor a P Const 1993 1993	Valor a P Const 1993 1994	Valor a P Const 1993 1995	T Cresc real 1995	Estrutura [%] 1995
311 - 1	Indústrias de alimentação (excl. M. Agr.)	127 5	164.6	172 5	4 8	28 %
313	Indústrias de bebidas	90 9	74 5	106 8	43 5	18 %
314	Indústria do tabaco	17.4	12.2	12.2	0.0	2 %
321	Indústrias têxteis (excl. M. Agr.)	93 2	51 8	38 9	-25 0	6 %
322	Fabricação de artigos de vestuário c/ excepção de calçado	38.2	36 5	36 5	0.0	6 %
323	Fabricação de curtumes e artigos de couro e seus substitutos	0 0	0 0	0 0	0 0	0 %
324	Fabricação de calçado (com excepção do vulcanizado ou de bor.)	2.1	1.1	1.1	0 0	0 %
331	Indústrias de madeira, artefactos de madeira e de cortiça	23.2	20 0	21.0	5.0	3 %
332	Fabricação de mobiliário (com excepção de mobiliário metal)	2 9	6.7	6 9	3.0	1 %
341	Indústrias do papel	15.9	15 6	11.7	-25 0	2 %
351	Fabricação de produtos químicos industriais	13 5	8 7	8 7	0.0	1 %
352	Fabricação de outros produtos químicos	48 6	59 5	61 0	2.5	10 %
353	Fabricação de produtos das refinarias de petróleo	7.1	9.8	10 0	2.0	2 %
355	Fabricação de produtos de borracha	16 8	20.0	20 0	0 0	3 %
356	Fabricação de artigos de matérias plásticas	19.5	9 8	8.4	-15 0	1 %
362	Fabricação de vidro e artigos de vidro	8 4	5 3	4.5	-15 0	1 %
371	Indústrias básicas de ferro e aço	33 5	22.8	17.1	-25 0	3 %
372	Indústrias básicas de metais não ferrosos	2 9	2 0	1 5	-25 0	0 %
381	Fabricação de produtos metálicos com excepção de máquinas eq.	34.4	19.4	14.6	-25 0	2 %
382	Fabricação de máquinas não eléctricas	3.1	1 8	1.4	-20 0	0 %
383	Fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios ou outro material	16 0	14 0	11 2	-20 0	2 %
384	Fabricação de material de transporte	17.7	10.1	15 1	50.0	2 %
385	Fabricação de instrumentos profissionais e científicos	0 2	0.4	0 4	5 0	0 %
390	Outras indústrias transformadoras	0 3	0.7	0 8	5 0	0 %
410	Electricidade, gás e vapor	31 4	26 8	26 8	0 0	4 %
	Total	664.5	594 0	608 9	2 5	100 %

De facto, uma melhoria significativa da indústria necessitaria de medidas adequadas de entre as quais se destaca:

— Melhoria dos esquemas de rápido acesso ao crédito bancário às empresas industriais;

— Abrandamento do peso burocrático bancário, com a agilização dos mecanismos de atendimento, atribuição e abertura/confirmação de créditos bancários;

— Garantia aos exportadores da aquisição de inputs a preços internacionais e de incentivos às exportações pela prática de mecanismos de utilização automática de regimes especiais de drawback;

— Aceleração da reestruturação das empresas, através da conclusão dos processos de privatização em curso;

— Criação dum sistema de financiamento à indústria, adequado ao ciclo de produção/vendas;
— Encontrar um esquema para o saneamento financeiro de empresas estratégicas, com vista a imprimir-se uma dinâmica na recuperação e desenvolvimento industrial;
— Elevar o nível de intercâmbio comercial triangular entre agricultura/indústria/comércio, através de acções coordenadas dos sectores respectivos.

Na verdade de entre os vários factores que contribuem para o abaixo desempenho da actividade industrial, temos primariamente:

— Fraca liquidez financeira na grande maioria de empresas industriais, com raras excepções para o caso das empresas do sector das bebidas e de borracha;
— Insuficiencia de fundos externos para financiar importações, ou a sua excessiva burocratização no processo de abertura de cartas de crédito;
— Falta de meios financeiros para o saneamento das empresas estratégicas;
— Inexistência dum sistema de financiamento à indústria adequado ao seu ciclo de produção e vendas
— Debilidade do controlo da Administração Aduaneira. Esta situação, por vários anos, levou à redução da capacidade competitiva das empresas locais;
- Descapitalização permanente das empresas, fruto da não reavaliação dos activos das empresas que aguarda legislação pertinente;
— Algumas dificuldades nos processos de privatização têm atrasado a reestruturação de algumas empresas, levando muitas delas a um estado de semi-paralisação

Políticas a serem desenvolvidas pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo

Políticas .

— Apresentação da Política Industrial,
— Apresentação da Política Comercial;
— Apresentação da Política de Turismo;
— Estudo da oportunidade de criação de instituições financeiras de fomento à indústria;
— Introdução de novas medidas de promoção das exportações.

Reforço institucional .

- Garantir a adesão de Moçambique à Organização da Propriedade Industrial;
— Garantir a efectiva recolha, tratamento e divulgação dos dados sobre o turismo;
— Relançamento da inspecção sobre as actividades económicas e adequação da legislação pertinente;
- Implementação das actividades cometidas ao INOQ, dando início às actividades de normalização, metrologia e certificação;
— Regulamentação sobre marcas e patentes, no âmbito da propriedade industrial;
— Finalização das acções tendentes à regulamentação, licenciamento, registo e cadastro dos estabelecimentos industriais, comerciais e de turismo;
— Reformulação e dinamização do papel do IDIL;
— Criação de comités de facilitação do comércio e transporte e do turismo;
— Reforço da operacionalidade do Fundo de Fomento à pequena indústria, do Fundo de Fomento à Exportação, do Fundo de Comercialização e operacionalização do Fundo de Turismo

Reorganização do sector produtivo .

— Aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à comercialização agrícola, com particular enfâse na reabilitação da rede comercial rural ;
— Reforço da capacidade financeira e de intervenção do Instituto dos Cereais de Moçambique na comercialização agrícola;
— Propor medidas tendentes à estabilização do sector industrial, nomeadamente no tocante à redução ou eliminação da concorrência desleal e a redução da carga fiscal,
— Elaboração dos planos directores de desenvolvimento do turismo para as zonas estratégicas seleccionadas;
— Prosseguir a reestruturação das empresas estratégicas através da UTRE e das empresas de pequena e média dimensões através da Comissão de Avaliação e Alienação de Imóveis do Ministério;
— Reforço da gestão das participações sociais do Estado na área empresarial.

Construção

Para 1995 prevê-se que o crescimento do sector da construção seja de 7 %. Esta previsão baseia-se, sobretudo nos valores inscritos no Programa de Investimentos Públicos, relativos à sub-componente de construção. De entre os projectos com maior peso neste programa destaca-se a reabilitação de estradas no âmbito do ROCS.

O programa de actividades do sector tem como principais objectivos dar continuidade à implementação do Projecto ROCS que define as principais acções a desenvolver no âmbito das estradas; garantir o crescimento da cobertura no abastecimento de água urbana e rural; e garantir o desenvolvimento do sector da habitação.

As principais políticas e acções a serem desenvolvidas pelo Ministério das Obras Públicas e Habitação em 1995, são as seguintes

Estradas e pontes

- Concluir os estudos de viabilidade e de engenharia de 13 estradas para o efeito seleccionadas;
— Reabrir 10 000 Km de estradas no âmbito do programa de emergência,
— Proceder à reabilitação de 2 000 Km de estradas;
— Garantir a manutenção periódica de 1 500 Km de estradas;
— Dar continuidade aos trabalhos de manutenção e reparação dos corredores de transportes de Maputo, Beira, Tete e Nampula

Águas :

— Concluir o estudo do abastecimento de água às 12 cidades, programar as acções nele contidas priorizando os projectos de redução de perdas de água e a realização do estudo de fontes de água alternativas;

— Proceder à revisão e ajustamento das tarifas de água e iniciar o estudo para definição a médio prazo de uma política tarifária para as águas;
— Identificar e preparar projectos pilotos de saneamento de baixo custo em zonas de alta densidade populacional;
— Construir e recuperar 594 poços, construir 204 furos manuais e 625 furos mecânicos;
— Construção de 220 fontes de água para abastecimento aos bairros periféricos, beneficiando cerca de 110 mil pessoas;
— Estender o programa de abastecimento de água aos bairros periféricos para as cidades de Inhambane, Maxixe, Beira, Pemba, Lichinga e Quelimane abrangendo 80 mil pessoas;
— Reabilitar 38 pequenos sistemas de abastecimento de água e proceder a estudos e inventariação para a reabilitação e ampliação de pequenos sistemas;
— Concluir o documento sobre a Política Nacional de Água e propor a sua adopção;
— Estabelecer zonas de protecção de águas subterrâneas, com vista a evitar a contaminação;
— Reactivar as negociações com os países vizinhos sobre a partilha dos recursos hídricos dos rios internacionais;
— Iniciar a reabilitação da Barragem de Massingir.

Habitação :

— Conceber um Sistema Nacional de Habitação e iniciar a sua implementação;
— Realizar estudos para a introdução de um sistema de financiamento para a habitação;
— Estabelecer os mecanismos com vista à harmonização dos objectivos e actividades dos fundos para a habitação já criados;
— Inventariar e sistematizar os materiais e tecnologias de produção de materiais e de construção habitacional e avaliar o seu potencial para o desenvolvimento de programas de habitação de baixo custo;
— Dar continuidade e acelerar o processo de alienação dos imóveis do Estado, tornando funcional e eficaz o processo de descentralização de competências para as províncias, iniciado em 1994;
— Propor medidas para a melhoria da gestão do parque imobiliário, principalmente na cidade de Maputo;
— Apresentar propostas para a revisão das rendas de casa;
— Proceder à capacitação e formação de 3 337 quadros do sector de

Transportes e Comunicações

O aumento previsto, para 1995, no sector dos Transportes e Comunicações é de 17 %, meta que à partida poderá ser difícil de alcançar. A reabilitação que vem sendo operada nas estradas, pontes e caminhos de ferro leva a que as perspectivas sejam optimistas, prevendo o Ministério que o transporte de carga possa aumentar 57 %, crescimento que é, em grande medida justificado pelo modo ferroviário. O melhoramento da gestão dos CFM, na sequência das transformações operadas em 1994 poderá justificar este optimismo. No entanto, a diminuição das cargas de emergência ocorrida em 1994, deverá manter-se em 1995, a não ser que a seca venha a ser um facto. Para contrabalançar este decréscimo será necessário que o tráfego com os países vizinhos aumente significativamente.

Transportes e Comunicações

		1994	Plano 1995	Preços correntes 10'9 MT		Taxa de crescimento volume [%]		Taxa Cresc preços [%] Plano 1995	Estrutura 1995 [%]
				1994	Plano 1995	1994	Plano 1995		
Transportes de carga:				306	672	3.8	56.5	40.3	25 %
Ferroviário	10'6 T. Km	655	1070	218	545	2.0	78.8	40.0	20 %
Rodoviário de carga	10'6 T. Km	49	54	26	40	15.7	8.9	40.0	1 %
Marítimo	10'6 T. Km	345	330	37	49	53 3	-4.4	40.0	2 %
Aéreo	10'6 T. Km	10	10	25	38	29.6	3.2	45.0	1 %
Pipeline	10'6 T. Km	320	320	131	193	2.8	0.0	47.5	7 %
Manuseamento portuário	10'3 T. P	6167	7735	73	135	1.9	25.4	47.5	5 %
Transportes de passageiros:				665	1040	-2.5	10.4	41.7	38 %
Ferroviário	10'6 P. Km	124	336	11	41	73.2	172.2	40.0	1 %
Rodoviário	10'6 P. Km	10484	11588	412	638	-3.8	10.5	40.0	23 %
Aéreo	10'6 P. Km	434	447	240	359	-2.1	3.0	45 0	13 %
Marítimo	10'6 P. Km	4	4	1	2	400 0	14 3	40 0	0 %
Subtotal transportes				1174	2040	-0.3	22.2	42.1	75 %
Comunicações				447	687	19 7	6 0	45.0	25 %
Total de transportes e comunicações				1621	2727	3 8	17.7	42.8	100 %

No transporte de passageiros o aumento previsto é superior a 10 %. O contínuo crescimento das facilidades de trânsito rodoviário em percursos de médias e longas distâncias, no qual os transportadores semi-colectivos mostram interesse, é um dos factores positivos que suporta a previsão. Por outro lado teve-se, também, em consideração a perspectiva de aumento da capacidade instalada no transporte colectivo urbano nas cidades de Maputo, Beira e Nampula.

Tem-se, também, como objectivo melhorar durante o presente ano o controlo do transporte rodoviário, sobre o qual se tem consciência de uma larga insuficiência de registo da respectiva produção de serviços.

O manuseamento portuário tem vindo a registar um gradual crescimento nos últimos anos e admite-se que venha a melhorar mais se se considerar os trabalhos de reabilitação dos portos principais, secundários e terciários em curso. Por outro lado, espera-se o impacto positivo dos programas agro-industriais, do desenvolvimento rural e uma melhoria da competitividade comercial dos portos nacionais no mercado regional.

Políticas e acções a desenvolver pelo Ministério dos Transportes e Comunicações:

Nível central:

— Aprovação das leis de âmbito marítimo pela Assembleia da República da Lei Geral da Marinha e da Lei dos Tribunais Marítimos;
— Instalar e organizar o Serviço Nacional de Administração e Fiscalização Marítima;
— Adesão e ratificação dos instrumentos sobre responsabilidade civil dos transportadores aéreos (sistema de Varsóvia) e segurança aérea (Convenção e Protocolos de Tóquio, Haia e Montreal);
— Adesão à AFCAC (African Civil Aviation Comission);
— Adesão ao acordo de trânsito (das duas liberdades);
— Adesão à Convenção de Roma sobre o reconhecimento de direitos sobre aeronaves;
— Criação e instalação da Comissão Nacional de Facilitação e Segurança de Aviação (FAL/SEC);
— Instalação da Comissão de Prevenção e Investigação de Acidentes e Incidentes de Aviação,
— Transformação da DNAC — Direcção Nacional da Aviação Civil em Instituto Nacional da Aviação Civil;
— Estabelecer acordos bilaterais com os países vizinhos no âmbito dos transportes rodoviários internacionais;
— Revisão do RTA e Diploma Ministerial n.º 92/89 (chapa 100);
— Estabelecer Acordos de Transportes Aéreos com Itália e Índia.

Ramo Ferroviário:

— Prosseguir a reestruturação dos CFM com vista à sua transformação em empresa pública;
— Prosseguir a implementação da política de envolver interesses privados nacionais e estrangeiros (sobretudo os utentes do sistema de transporte nacional) no melhoramento de gestão de infra-estruturas ferroportuárias, por forma a garantir níveis de tráfego crescentes, maior dinâmica e orientação comercial nos CFM;
— Implementar a política de descentralização através de criação de centros de resultados nas áreas operacionais da empresa, com vista a libertar a maior iniciativa e imprimir maior dinamismo e responsabilidade na resolução de questões operacionais correntes;
— Continuar a implementação do programa de racionalização da força de trabalho excedentária quer através de reformas antecipadas quer através da contenção de admissões não programadas.

Ramo Marítimo:

— Criação do Fundo de Desenvolvimento da Marinha;
— Revisão de regulamentação sobre exercício de actividade e transportes marítimos, lacustres e fluviais;
— Reestruturação das empresas NAVIQUE, NAVINTER, EMARNA e ANFRENA;
— Continuação da negociação da possibilidade do levantamento hidrográfico dos portos de Maputo e Inhambane e dos portos secundários e terciários abrangidos pelo projecto ROCS.

Ramo da Meteorologia

— Continuação de acções relativas à melhoria da organização do INAM com particular destaque para a componente administrativa e financeira e gestão de stocks
— Prosseguimento de acções para a reabilitação da rede meteorológica à luz do Decreto n.º 17/87 para se ter em funcionamento regular 10 postos climatológicos por província;
— Continuação dos trabalhos de reabilitação de infra-estruturas ao nível das províncias e distritos,
Início da actividade do novo Centro Nacional de Análise e Previsão de Tempo e do Centro de Previsão Secundária da Beira;
— Continuação dos trabalhos relacionados com a modernização do Centro de Telecomunicações Meteorológicas;
— Início da ligação via Satélite Maputo-Ilhas Reunião
— Inauguração da Escola Nacional de Meteorologia e início da sua actividade.

Ramo Rodoviário:

— Continuação da criação da empresa pública TPB,
— Transformação do TPM em empresa pública;
— Revisão de Regulamento de Automóveis;
— Liberalização/privatização do sector da camionagem.

Ramo das Comunicações:

— Preparar os seguintes projectos de legislação: decreto sobre prestação de serviços de telecomunicações complementares; decreto sobre prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado;
— Estabelecer as relações financeiras com o Governo através de actualizações anuais do Contrato-Programa, salvaguardando a autonomia da empresa e a obrigação do Governo em subsidiar os investimentos nos serviços básicos que não sejam viáveis economicamente.

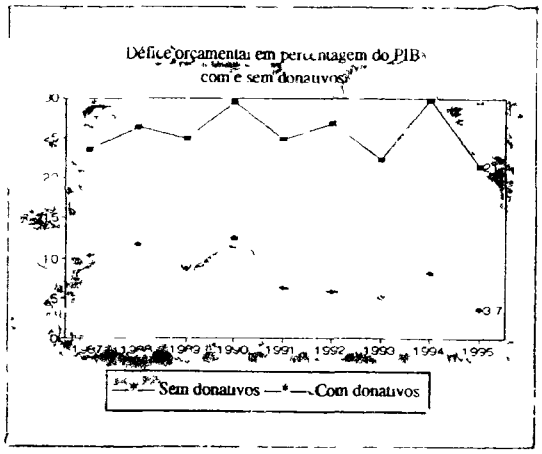
Ramo Aéreo.

— Obtenção de delegação total da função de supervisão na área da manutenção por parte de DOTT (Department of Transport and Turism) para os aviões da LAM de registo Irlandês;
— Reestruturação da LAM — Linhas Aéreas de Moçambique, E. E. em empresa pública;
— Transformação do ADM — Aeroportos de Moçambique, E. E. em empresa pública;
— Prosseguir o processo de reestruturação e privatização da TTA em curso;
— Regulamentação do transporte aéreo.

Política Orçamental

A política orçamental, em 1995, terá um carácter restritivo visando reforçar a conjuntura favorável de refluxo da procura, de forma a conseguir-se uma redução substancial dos níveis de inflação.

Assim, o défice orçamental excluindo donativos deverá reduzir-se em 8 pontos percentuais do PIB, o que significa que o financiamento do OGE assentará mais nos recursos internos do que nos externos, quando comparado com o ano de 1994.



Para alcançar este objectivo as receitas totais deverão crescer em termos reais 26 %, o que comparado com o aumento real previsto para o PIB de 4.8 % revela bem o esforço que terá que se desenvolver.

Indicadores globais da posição orçamental — Milhões de contos

	1994	Plano 1995
Saldo do orçamento corrente	-452	187
Défice orçamental antes donativos	-2570	-2787
Défice orçamental antes donativos excluindo facturas especiais	-2073	-2787
Défice orçamental depois donativos	-714	-478
Financiamento interno	-74	-399
do qual · Crédito bancário	-124	-391
: Receita de privatizações	51	0

A carga fiscal sobre o PIB deverá aumentar 3.4 pontos percentuais, o que se pretende atingir sobretudo à custa de um combate à evasão fiscal.

Indicadores orçamentais [%]

	1993	1994	1995
Receitas totais/PIB	20.0	17.6	21 0
Receitas fiscais/PIB	18.2	16.1	19 6
Outras receitas/PIB	1 8	1.5	1 4
Despesas totais/PIB	42 2	47.3	42 4
Despesas correntes/PIB	21 4	22 9	19 6
Desp Def Seg. excl fac. esp.	7 6	5 9	4 8
Desp c/ Sect Sociais % da Desp.	18 9	19 2	22.5
Despesas capital/PIB	20 1	24.5	22.8
Despesas de Investim. Comp Int.	6 4	5.9	5 1
Serviço da dívida PIB	5 1	3.4	5 0
Receitas correntes/despesas Corr	93 6	77.1	107 3
Défice corrente/PIB	-1 4	-5.2	1 4
Défice global (n/inc. don.)/PIB	-22 2	-29 7	-21 3
Défice global (inc don)/PIB	-5 1	-8.2	-3 7
Financiamento bancário/PIB	0 9	-1.4	-3 0

Como ressalta do quadro seguinte as receitas sobre o Comércio Internacional irão crescer 48 % em termos reais, o que para ser conseguido pressupõe um aumento da matéria colectável através do estreitamento das situações de isenção, controlo eficaz das sub-facturações e medidas enérgicas de controlo das entradas ilegais de mercadorias.

Receitas orçamentais — Milhões de contos

	Realiz 1994	Plano 1995	T Cresc real [%]
Receitas fiscais	1397	2559	26 1
Impostos s/ o rendimento	273	364	-7.6
Impostos s/ bens e serviços	739	1338	25 5
Impostos s/ o com. internacional	343	749	48.0
Outros impostos	42	108	77.9
Outras receitas	129	187	0 6
Receitas totais	1526	2745	24.0

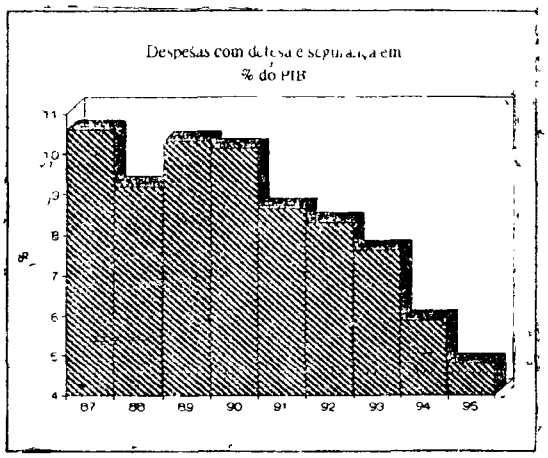
O aumento nos impostos sobre bens e serviços assenta no pressuposto de que o PIB irá crescer em 4.8 %, mas sobretudo na hipótese de base de que o crescimento da produção dos produtos sujeitos a imposto especial se fará como programado, contrariamente ao que aconteceu em 1994 em que a cerveja registou uma produção muito baixa.

No âmbito da despesa corrente a redução programada atingirá 3.3 pontos percentuais do PIB, o que significa uma diminuição face a 1994 de cerca de 10 % em termos reais.

O novo contexto de paz e democracia que se vive no País permitiu operar uma reavaliação das prioridades da despesa pública, reduzindo-se os gastos com a Defesa e Segurança e redireccionando os recursos disponíveis para os sectores de apoio social.

Assim, as despesas com a «Defesa e Segurança» baixarão, face a 1994, em termos reais 15 % sem considerar os factores especiais naquele ano. Considerando os valores dos factores especiais, em 1994, a quebra é muito mais acentuada atingindo 42 %.

O gráfico seguinte mostra a evolução registada desde 1987 e o valor projectado para 1995, em percentagem do PIB.



Em contrapartida, os sectores sociais — Educação e Saúde, aumentarão o seu peso na despesa corrente de 19.2 % em 1994, para 22.5 % em 1995, o que significa um crescimento real de cerca de 43 %. O gráfico seguinte ilustra a evolução prevista.

Em resultado da política de contração da despesa e expansão da receita o saldo do orçamento corrente, pela primeira vez desde o início do PRES, registará um superavite de 187 milhões de contos.

Despesas orçamentais — Milhões de contos

	1994	Plano 1995	Tx Cresc real [%]
Despesas correntes	1978	2558	-9.8
das quais: Especiais	497		
Defesa e segurança — «Normal»	508	626	14.6
Defesa e segurança — Fact. Esp	254	0	
Financiamento interno	112		
Financiamento externo	142		
Salários	296	526	23.2
Bonus salarial	33	60	28.0
Bens e serviços — «normais»	359	649	25.5
Bens e serviços — Fact esp.	243	0	
Financiamento interno	20		
Financiamento externo	223		
Juros da dívida pública	151	373	68.0
Subsídios aos preços	5	5	-30.7
Subsídios as empresas	33	33	-30.7
Despesas sociais	50	166	128.2
Outras despesas correntes	71	117	14.1
Reintegração dos desmobilizados		26	
Período complementar (Líq)	25	-24	
Despesas de investimento	2119	2974	-4.4
Com financiamento interno	507	664	-9.2
Com financiamento externo	1901	2498	-10.9
Pagamento de dívida de empresas			
Período complementar	200	189	-55.9
Despesas totais	4096	5532	-7.0

A previsão do financiamento externo do OGE pela via de contravalores foi precavida, tendo em conta a experiência de 1994, em que os valores cobrados foram substancialmente inferiores aos projectados. No entanto, o facto de já se disporem de donativos no início do ano passíveis de utilização, permite pensar que será possível arrecadar durante 1995, os respectivos contravalores. Assim, espera-se aumentar em 15 %, em termos reais, a cobrança de contravalores o que é consistente com o crescimento previsto no financiamento externo de apoio as importações.

No que concerne às despesas de investimento, prevê-se uma diminuição em termos reais do respectivo financiamento externo em 3.5 %16/ enquanto o financiamento interno se reduzirá em 9.2 %.

Estas reduções deverão reflectir não um corte administrativo nos projectos de investimento, mas sobretudo uma reanálise das prioridades relativas, de forma a concentrar os financiamentos nas áreas que são prioritárias para o desenvolvimento do País. Durante 1995, continuará a ser prosseguida a política de descentralização de decisão e execução dos projectos de investimento considerados de âmbito provincial.

A escassez de recursos obrigará a um maior rigor, quer no nível central, quer no nível provincial, na escolha da carteira de projectos. O critério de avaliação das despesas correntes futuras que cada projecto trará para o OGE é imprescindível ser levado em conta, tendo em consideração que as possibilidades de financiamento orçamental só crescerão com crescimento/desenvolvimento da economia.

16/ Calculado sobre o valor previsto para o ano civil, líquido portanto do período complementar

Financiamento externo do orçamento — Milhões de contos

	1994	Plano 1995	Tx Cresc real [%]
Contravalores	598	1018	15.4
Ajuda alimentar	75	135	21.9
Letras do tesouro	21	34	8.2
Fundos de func. corrente	501	849	14.7
Donativos	328	678	40.2
Créditos	174	171	-33.3
Bonus salarial	34	60	21.1
Programas especiais AGP	365	0	
Outros donativos			
Financiamento do investimento	1649	1349	-3.5
Donativos	1052	461	-5.9
Créditos	597	888	0.8
Divida comercial reescalonada (C)	146	42	-80.5
Financiamento externo total	2791	3469	-15.7
Donativos	1856	2308	-15.7
Créditos	936	1161	-15.9
Financiamento externo total excl prog esp	2426	3.692	-3.1

O serviço da dívida externa governamental após registar uma redução em 1994 para 3,[illegible] por cento do PIB, deverá em 1995 um peso semelhante ao de 1993, ou seja 5 pontos percentuais [illegible]

Pagamento do serviço da dívida pública externa — Milh de contos

	1994	Plano 1995	Tx Cresc real [%]
Juros	145	358	67.4
Amortizações	147	284	30.6
Total	292	642	48.8

A execução de acordo com o programado das políticas acima descritas permitirá que o Estado melhore a sua posição líquida junto do sistema bancário em 591 milhões de contos.

O objectivo de atingir esta posição, que significa 15 % da receita fiscal alocada ao cumprimento desta meta, destina-se a permitir que o sistema bancário possa expandir uma maior quantidade de crédito para o resto da economia.

Medidas de política a desenvolver pelo Ministério do Plano e Finanças:

Política orçamental:

— Reduzir o défice orçamental antes de donativos em 8 pontos percentuais do PIB;
— Publicar a proposta de OGE que irá ser submetida a Assembleia;
— Publicar o OGE 95 com detalhe suficiente que permita o acompanhamento da sua execução;
— Tornar pública, trimestralmente a execução do OGE.

Política fiscal:

— Criar um grupo de trabalho para implementar o IVA e anunciar o calendário da sua execução;
— Rever os impostos fixados em valor para levar a inflação de 1994 e 1995;
— Anunciar o pacote fiscal necessário para a implementação do Plano de 1995;
— Aumentar as rendas dos imóveis públicos tutelados pela APIE;
— Publicar critérios claros para as isenções fiscais; eliminar as que não estão de acordo com esses critérios.

Impostos aduaneiros:

— Implementar um novo acordo de inspecção pré-embarque que responda com maior rigor ao controlo das mercadorias entradas no país e melhore a eficiência da cobrança de impostos;
— Anunciar medidas para melhorar a eficiência do controlo das Alfândegas;
— Computarizar as Alfândegas;
— Apertar o controlo sobre as isenções de bens em trânsito;
— Reduzir as despesas orçamentais para níveis compatíveis com a capacidade financeira própria do país;
— Identificar os cortes de despesa resultantes da reorganização da Administração;
— Reduzir as despesas com «Programas Especiais» em 5 pontos percentuais do PIB;
— Priorizar os projectos de investimento público e financiar adequadamente a respectiva componente interna;
— Redimensionar o Programa de Investimento Público de forma a eliminar os projectos com menos prioridade e os que geram despesas correntes futuras incomportáveis para o OGE;
— Avaliar para cada novo projecto de investimento as despesas correntes futuras que acarreta;
— Anunciar a política salarial para 1995;
— Pagar as dívidas de 1994, relativas ao bónus salarial. O pagamento terá que ser restringido às disponibilidades de financiamento externo existentes para este fim.

Melhoria a gestão dos fundos públicos:

— Melhorar os mecanismos de cobrança de contravalores;
— Realizar pelo menos uma operação de emissão de títulos do Tesouro;
— Melhorar o acompanhamento da execução dos desembolsos da ajuda externa, particularmente nos projectos de investimento;
— Assegurar que todos os projectos de investimento sejam incluídos no Orçamento.

Política de preços:

— Ajustar regularmente os preços administrados de forma a reflectir a inflação;
— Ajustar os preços dos produtos petrolíferos e da energia, trimestralmente de forma a reflectir os aumentos de custos.

Reforma das empresas:

— Preparar o programa de privatização de 1995;
— Completar concursos para 5 grandes empresas;
— Reduzir os subsídios às empresas em % do PIB,
— Facilitar os requisitos legais para o lançamento de novas empresas;
— Completar a privatização das pequenas e médias empresas.

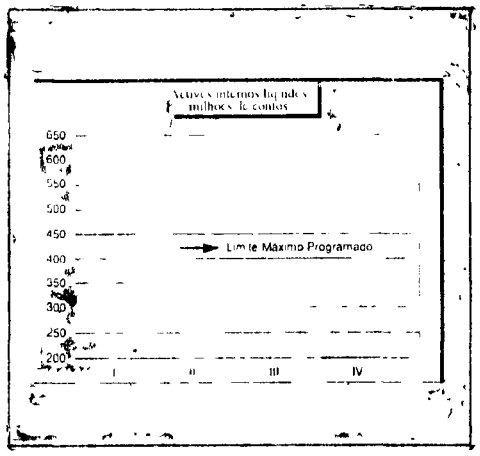
Moeda e crédito

Para o exercício económico de 1995, o Programa do Governo propõe-se prosseguir uma política monetária bastante restritiva, tendo em vista pressionar a redução da taxa de inflação para o nível de 24 %, em termos de taxa acumulada no ano (Dezembro a Dezembro), compatível com uma taxa de crescimento real do PIB, estimada em 4 8 %.

O quadro seguinte apresenta as principais metas das variáveis do programa monetário para 1995, em milhões de contos.

Indicadores da evolução monetária [10'9 MT]

	1994	Plano 1995
Activos externos líquidos	278	363
Activos internos líquidos	718	473
Crédito interno	642	1141
— ao Governo	-76	-391
— à economia	719	1532
Dívida assumida pelo Governo	7	0
Fundo do Governo	-53	420
Em moeda externa	-117	185
Em moeda nacional	63	234
Responsabilidades externas M. e L. prazos	-49	0
Outros activos e passivos Liq (-Activos)	26	248
Massa monetária	996	836
Taxas de crescimento em % do stock		
Moeda no início do período:		
Activos externos líquidos	14 %	12 %
Activos internos líquidos	36 %	15 %
Crédito ao Governo	-4 %	-12 %
Crédito à economia	36 %	49 %
Dinheiro e quase-dinheiro	49 %	27 %



Os Activos Internos Líquidos continuarão a ser a variável principal de controlo monetário, à luz da nova metodologia de distribuição dos limites ao sistema bancário. A expansão nominal desta rubrica é de 24%, representando uma diminuição de 15 % face ao programa de 1994.

Para que esta meta seja alcançada, o programa monetário para 1995, pressupõe que os fluxos das rubricas abaixo assinaladas sejam os seguintes em finais do ano:

— Contracção do Crédito Líquido ao Governo em 391 milhões de contos, o que significa uma posição líquida positiva das contas do Estado junto do sistema bancário;
— Melhoramento da rubrica de Outros Activos e Passivos Líquidos do sistema bancário em 248 milhões de contos;
— Constituição de Activos Externos Líquidos em 40 milhões de dólares.

A meta do Crédito Líquido ao Governo elucida a dimensão do esforço que o Estado terá que realizar, por forma a assegurar um maior fluxo de receitas fiscais, capaz de assegurar uma maior cobertura, com base em recursos internos, das suas despesas correntes, sinónimo de maior contenção, disciplina financeira e racionalização dos recursos disponíveis.

No que respeita à rubrica Outros Activos e Passivos Líquidos do sistema bancário, o programa reforça sobretudo a necessidade de se completar o saneamento financeiro iniciado em 1994, aperfeiçoando-se paralelamente as ligações entre os bancos comerciais e seus correspondentes.

Para uma eficiente execução da componente monetária do programa do Governo, Banco de Moçambique delineou um conjunto de acções visando aperfeiçoar os mecanismos de canalização do crédito à economia.

Assim, serão particularmente direccionados esforços no sentido de modernizar e desenvolver o mercado financeiro e melhorar a utilização dos instrumentos de gestão da política monetária, no quadro da reforma financeira.

No que concerne à política de juros, o Banco de Moçambique continuará a manter as taxas de juro liberalizadas e efectuará o ajustamento da sua taxa de redesconto por forma a mantê-la positiva em termos reais.

No âmbito da política externa, o Banco Central pretende assegurar a estabilidade da moeda, reduzir o peso da dívida externa, consolidar a sua capacidade e intervenção no mercado cambial e manter uma gestão rigorosa das reservas por forma a garantir a constituição de 40 milhões de dólares de Activos Externos Líquidos ao nível do sistema bancário.

Principais medidas de política a serem implementadas pelo Banco de Moçambique:

Política monetária :

— Estimular os bancos comerciais, no quadro da gestão do crédito, a conceder crédito às micro, pequenas e médias empresas, para a reestruturação empresarial e comercialização agrícola;
— Estudar a viabilidade de introdução de seguro de crédito para permitir maior envolvimento do sistema bancário no crédito ao investimento;
— Reestruturar os bancos do Estado de forma a torná-los mais competitivos;
— Actualizar a legislação bancária de modo a dinamizar o sector na prestação de serviços aos clientes;
— Aperfeiçoar e modernizar o sistema de pagamentos interbancos e disciplinar a compensação intrabancária;
— Simplificar os procedimentos para o licenciamento de novos bancos;
— Controlar e encontrar instrumentos alternativos de financiamento do défice do Estado de modo a permitir ao sector bancário canalizar mais crédito para o sector privado;
— Reforçar a supervisão dos bancos e impor penalizações pelo não cumprimento das reservas obrigatórias, limites de crédito e outros rácios prudenciais;
— Penalizar, pelo menos à taxa de redesconto, eventuais descobertos dos bancos no Banco de Moçambique;
— Manter as taxas de juros liberalizadas e garantir que a taxa de redesconto seja real positiva;
— Restringir os refinanciamentos apenas a programas específicos de desenvolvimento;
— Assegurar que, até ao fim do ano as participações financeiras em empresas herdadas do Banco Nacional Ultramarino sejam alienadas;
— Estimular o sector informal financeiro a organizar-se legalmente.

Política cambial :

— Manter o mercado cambial liberalizado e definir incentivos que permitam aumentar as Reservas Internacionais do País;
— Simplificar os procedimentos de funcionamento do mercado cambial;
— Descentralizar o registo das operações cambiais para os Bancos Comerciais;
— Regulamentar as operações de capitais de modo a estimular o investimento privado;
— Fixar uma percentagem de retenção de receitas de exportação nos Bancos autorizados a operar no País de modo a facilitar o aprovisionamento para a exportação;
— Autorizar os bancos a conceder financiamentos em divisas, à taxa de juro do mercado internacional aos exportadores de modo a tornar os seus produtos competitivos;
— Incentivar as casas de câmbio a operar onde não existam bancos para facilitar a realização de operações cambiais e permitir o seu registo na Balança de Pagamentos;

— Controlar a capacidade de endividamento do País e regulamentar os termos e condições de contratação de novos empréstimos externos;
— Garantir que a transferência dos emigrantes sejam convertidos em moeda nacional em condições competitivas do mercado (taxa de câmbio do mercado no dia da conversão);
— Reforçar a capacidade de controlo do apoio externo ao País e respectivo registo na Balança de Pagamentos.

Relações externas

As projecções realizadas apontam para que seja possível aumentar as exportações de bens em 13 7 %. Esta previsão apoia-se sobretudo em:

— crescimento de 800 toneladas, para 2000 toneladas de exportação de amêndoa de caju;
— redução da quantidade de camarão exportada de 8,5 mil toneladas para 7,8 mil toneladas, mais aumento do seu preço médio de 7.4 para 9.5 dólares por kilo;

Exportações de bens — Milhões de Dólares

	1994	Plano 1995	T Cresc [%]
Exportações de bens	149.5	170.0	13.7
Amêndoa de caju	3.3	8.0	142 8
Camarão	63.2	75.3	19.2
Algodão	18 9	18.1	-4.2
Açúcar	11.0	5.1	-53.5
Chá	0.4	0.0	-100.0
Carvão	0.2	0.2	3.6
Citrinos	1.3	3.6	177.0
Copra	3.4	3 5	0.8
Minerais	4.4	12.0	175 3
Produtos marinhos	1 7	4 5	157.0
Madeiras	2.1	8.4	298.7
Bunkers	13.8	14.0	1.2
Outros	25.7	17.3	-32.7

— crescimento dos citrinos de 5,7 para 6,3 mil toneladas;
— aumento nos minerais de 7.7 milhões de dólares face a 1994, o que resulta das boas perspectivas de exportação de ouro, grafite e mármores;
— um valor que é o quadrúplo do registado em 1994 nas madeiras, passando o seu valor de 2 para 8.4 milhões de dólares.

Quanto às importações as previsões realizadas apontam para cerca de 870 milhões de dólares, nível semelhante ao registado nos anos de 1991/92 antes da implementação dos programas especiais.

Importações de bens — Milhões de Dólares

	Estimat. 1994	Prev 1995	T Cresc [%]
Importações «Normais»	699.6	650 3	-7 0
das quais: Ajuda p/ comércio	25.9	30 6	18.1
Importações factores especiais	85.4	7.4	-91.3
Importações mercado paralelo	137.5	120.0	-12.7
ONUMOZ	40 0	0.0	-
Emergência alimentar e não alimentar	56 0	60 4	7 9
	1018.5	868.7	-14.7

O quadro seguinte mostra as previsões de ajuda alimentar e não alimentar. Apenas foram consideradas neste cômputo, fundamentalmente na ajuda para o circuito comercial, as quantidades de produtos cujos acordos com os doadores já estão firmados.

A previsão da ajuda alimentar de emergência foi feita partindo do princípio de que não se registaria seca e que a política dos doadores face a esta área se irá manter, não sendo de esperar crescimentos significativos face ao nível de 1994.

Ajuda alimentar e ajuda não alimentar de emergência — Q — Toneladas. V — 10'3 USD

	1994						Previsão 1995					
	Total		Comércio		Emergência		Total		Comercio		Emergência	
	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V
Ajuda alimentar – Cereal												
Milho	200.249	24.180	65 935	7.962	134 314	16.218			70 000	8 452		
Trigo	67 795	10 915	67.795	10 915					86.472	13.922		
Arroz	19.210	7.069	19.210	7.069					20 000	7.360		
Outros:												
Óleo	5 675	5.221			5 675	5.221			690	635		
Açúcar									543	219		
Feijão	14.341	7.421			14 341	7.421						
Leite		493			286	493						
CSB		156			680	156						
Diversos		2 771				2 771						
Total		58 227		25.946		32.281		63.588		30.588		33 000 a/
Ajuda não alimentar:		23 702						27 359				
Sementes	22 559	19.301					24 065	20 590				
Instrumentos agrícolas	1.340	3.283					2 355	5.769				
Bens de socorro		1 118						1.000				

a/ — Previsão não tomando em conta a ocorrência eventual de seca.

Quanto às sementes, instrumentos agrícolas e bens de socorro, as previsões são baseadas nas necessidades planificadas pelo Programa de Utensílios e Sementes Agrícolas.

Embora não se tenha informação detalhada de boa parte dos doadores que permita concluir pela cobertura integral destas necessidades, é plausível supor que se encontram preenchidas as necessidades, visto ser uma área onde os doadores, através das ONG's, seguem em pormenor as necessidades do sector familiar.

As previsões sobre as entradas e utilizações de financiamento externo para apoio à importação tomaram por base a informação fornecida pelos doadores sobre as intenções de desembolsos

No entanto, os valores retidos nos quadros seguintes tomaram em linha de conta factores de ajustamento que dessem margem para atraso nos desembolsos e/ou concretização apenas parcial dos «pledges».

Considerando que estes valores do financiamento externo servem de base a todo o desenho do programa de política económica, impõe-se ser cauteloso nas previsões, pois a concretização de níveis de financiamento mais baixos que os programados arrasta consigo incumprimentos, em praticamente todos os sectores da economia

O quadro seguinte mostra a evolução prevista nos fundos que se encontram em contas incluídas nas Reservas do país.

Fundos em reservas no B. M. e financiamento da balança de pagamentos — Milhões de Dólares

		1994			1995 Previsão		
		Entradas utiliz		Saldo 31/12 94	Entrad	Entradas e saldos	Utiliz.
CEE — PSI — II	D	0.0	1.1	3.1	33.0	36.1	33.0
Dinamarca	D	2.2	2.2	0.0	2.4	2.5	2.4
FAD II crédito reab. — 1988	C	0.0	6.8	0.8		0.8	0.4
FAD III crédito reab — 1992	C	0.0	3.0	18.9	24.7	43.7	52.0
França — ajust. estr. (1990)	D	0.0	4.2	1.2		1.2	1.2
França — ajust estr (1991)	D	0.0	2.4	2.0	3.1	5.1	4.0
Holanda	D	0.0	0.0	0.0		0.0	
Japão — non project type AID	D	0.0	19.9	-0.0		-0.0	
Noruega — Co-fin III+IV crédito	D	0.1	0.1	0.0	0.1	0.1	0.1
Reino Unido	D	0.0	-0.0	0.0		0.0	
RFA — reaj est. (1991)	D	0.0	0.8	0.2		0.2	0.2
RFA — reaj est. (1992)	D	0.0	7.2	0.2	9.5	9.7	7.0
Suécia	D	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0
Suíça	D	12.9	1.4	13.4		13.4	12.0
WB — restos II+III crédito	C	0.1	0.1	0.0	1.1	1.1	1.1
WB — IV crédito — I e II T.	C	44.9	54.5	4.7	28.0	32.7	28.0
WB — sect. rehab. crédito	C	48.8	22.9	2[illegible].9	41.4	67.3	40.0
Outros	D	0.0	0.0	0.1		0.1	0.1
Total funcionamento corrente		109.1	126.6	70.5	143.3	215.9	154.5
Créditos		93.8	87.4	50.4	95.2	145.6	94.5
Donativos		15.2	39.3	20.2	48.1	68.3	60.0
Projectos de investimento (W. B.)	C	35.1	43.1	9.7	40.0	49.7	40.0
Total de fundos em reservas		144.2	169.7	80.2	183.3	265.6	194.5
A1 Gerando contravalores Estado		15.2	49.1	39.9	72.8	112.8	85.4
Donativos		15.2	39.3	20.2	48.1	68.3	60.0
Créditos		0.0	9.8	19.7	24.7	44.5	25.4
A2. Bónus salarial		5.0	3.1	1.9	5.0	6.9	6.9
B. Contravalores esterelizados no BM		88.8	72.5	30.0	65.5	94.2	62.2
C. Fundos investimento do Estado		28.9	35.5	9.6	28.9	35.5	9.6
D. Fundos investimento do sector privado		6.2	7.6	0.1	6.2	7.6	0.1

D — Donativos; C — Créditos

O crescimento das entradas de fundos de apoio às importações, em 1995, será de 31 %, ou seja mais 34 milhões de dólares que em 1994, incremento alcançado sobretudo por uma maior entrada de donativos que no ano anterior.

O quadro seguinte mostra os desembolsos previstos nos fundos controlados directamente pelos doadores. A previsão neste caso é mais cautelosa que no anterior, visto o ritmo de desembolsos não ser controlado pelo país, envolvendo um maior factor de incerteza.

Fundos para funcionamento corrente fora de reservas do B. M.—Milhões de USD

Financiador	Fundo	Contra-valores	Créd /Don	Saldos alocação 01 01 95	Entradas 1995	Entradas e saldos 1995	Utilizações 1995		
							I S	II S	Ano
CEE									
PGI I			D	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
STABEX		NC	D	1.5	0.0	1.5	0.0	0.0	0.0
DINAMARCA									
Import Support 1993-95			D	0.9	0.0	0.9	0.9	0.0	0.9
Import Support 1994-95			D	2.6	3.2	5.8	0.0	2.4	2.4
Apoio aos sectores sociais		DC	D	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
EUA									
Private Sector Support			D	22.3	0.0	22.3	7.3	10 0	17.3
Primary Health Care		NC	D	0.0	6.3	6.3	4.9	1.4	6.3
FINLÂNDIA			D	0.0	0.2	0.2	0.1	0.1	0.2
HOLANDA									
Donativo 1992.01			D	2.9	0 0	2.9	0.0	0.0	0.0
Donativo 1992.02			D	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Medicamentos, Educação		NC	D	0.0	4.4	4.4	2.2	2.2	4.4
JAPÃO									
KR II/92			D	0 0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
KR II/93			D	0.9	8.9	9.8	4.0	5.9	9.8
NORUEGA									
Peças e sobressalentes S. energia		NC	D	0.5	0.0	0.5	0.2	0.3	0.5
Medicamentos — GCPI		NC	D	0.0	2.9	2.9	1.5	1.4	2.9
Bónus salarial		DC	D	0.0	1.6	1.6	0.0	0.0	0.0
Apoio aos sectores sociais e MSAU		DC	D	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
R. UNIDO									
CDA 1993-94 (Crown Agents)			D	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
CDA 1994-95			D	0.0	15.4	15.4	4.6	6.2	10.8
SUÉCIA									
Produtos químicos			D	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Import Support 1994			D	1.9	15.8	17.7	6.6	6.6	13.1
SUIÇA									
Apoio a balança de pagamentos (1992)			D	1.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Medicamentos (1993)		NC	D	2.2	0.7	2.9	1.7	1.1	2.8
Apoio aos sectores sociais		DC	D	0 0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
NC — Não gera contravalores; DC — Apoio directo às despesas orçamentais.									
Total				37.0	59.5	95.2	34.0	37.5	71.5
Donativos				37.0	59.5	95.2	34.0	37.5	71.5
Créditos				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Gerando contravalores (Total - NC - DC)				32.9	43.5	75.2	23.5	31.1	54.6
Donativos				32.9	43.5	75.2	23.5	31.1	54.6
Créditos				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Apoio às despesas correntes (DC)				0.0	1.6	1.6	0.0	0.0	0.0
Total não gerando contravalores (NC)				4.1	14.4	18.5	10.5	6.4	16.9

O valor total de utilizações previstas nestes fundos é de 72 milhões de dólares, ou seja mais 17 milhões de dólares que em 1994.

Em ambos os casos, fundos em Reserva e controlados pelos doadores, se supôs que o «crowding-out» exercido pelo financiamento dos factores especiais em 1994, desaparece em 1995, permitindo o redireccionamento da ajuda para o apoio às importações.

Por finalidades de aplicação, os donativos e créditos distribuem-se da seguinte forma:

Ba'ança de pagamentos — Créditos e Donativos — 10'6 USD

	1994 E	1995 P
Donativos	564.6	433.0
Mercadorias	494.3	433.0
1. Funcionamento corrente	70.6	119.6
2. Investimento	216.4	215.0
3. Emergência	81.9	91.0
3.a. Alimentar	58.2	63.6
- Comércio	25.9	30.6
- Emergência (dist. grat.)	32.3	33.0
3.b Não alimentar	23.7	27.4
4. Programas especiais	85.4	7.4
- Desmobilização	13.8	
- Reintegração desmob.	9.9	3.0
- Eleições	36.0	
- Reassentamento	19.8	3.6
- Desminagem	0.3	
- Apoio à repatriação	5.6	0.8
5. Im. da ONUMOZ (Est.)	40.0	
6. Pagamentos - serviços no País de prog especiais (Est.)	70.3	
Créditos	260.3	255.2
1. Mercadorias	175.3	175.2
Funcionamento corrente	93.8	95.2
Investimento	81.5	80.0
2. Serviços	85.0	80.0

Ba'ança de pagamentos [Milhões de dólares]

	1994 E	1995 P
Balança comercial	- 869.0	- 698.7
Exportações (FOB)	149 5	170.0
Importações (CIF)	- 1018 5	- 868.7
Saldo da balança de serviços	- 138.5	- 164.4
Receitas	245.9	228.0
Transportes	67.1	73.0
Remessas de trabalhadores	54.8	55.0
Outros serviços	124.0	100.0
Despesas	-384.4	- 392.4
Juros	- 143.5	- 174.1
Transportes	- 48.2	- 50.3
Remessas de trabalhadores	- 19.4	- 20.0
Serviços de investimento	- 85.0	- 30.0
Outros serviços	- 88.3	- 68.0
Transferências privadas	137.5	120.0
Sa'do da balança e transacções correntes (excl. donativos)	- 870 0	- 743.1
Transferências oficiais	564.6	433.0
Saldo da balança e transacções correntes (inc donativos)	- 305 4	- 310.1
Saldo da ba'ança de capitais	- 22.1	25.7
Empréstimos externos (Entradas)	260.3	255.2
Amortização (Saídas)	- 317.4	- 274.5
Investimento directo estrangeiro	35.0	45.0
Erros e omissões	7.0	0 0
Saldo da balança g'obal	- 320.5	- 284.4
Financiamento	320.5	284.4
Var. reserva do Banco Central (- aum.)	- 56.8	- 40.0
Variação de dívida atrazada	- 9.8	- 2.4
A'ívio de dívida	387.1	326.8
Por memória:		
Necessidades de financiamento externo:	1202.2	1012.6
Donativos	564.6	433.0
Créditos	260.3	255.2
Alívio de dívida (Líq.)	377.3	324.4

Agregando os donativos e créditos por finalidades obtêm-se a seguinte evolução:

	Milhões de Dólares	
	1994	1995
Funcionamento corrente	164.4	214.8
Investimento	382.9	375.0
Ajuda para comércio	32.5	30.6
Emergência	56.0	60.4
Programas especiais	189.1	7.4
Total	824.9	688.2

Assim, os níveis previstos para a ajuda alimentar, emergência e investimento são da mesma ordem de grandeza dos de 1994. Apenas para o funcionamento corrente se prevê um crescimento de 50 milhões de dólares.

A balança de pagamentos, apresentada em seguida resume o conjunto das previsões que se descreveram.

Ressalta-se que de acordo com o programa de política económica se prevê uma constituição de Reservas Internacionais de 40 milhões de dólares, equivalente a 23.5 % das exportações de bens.

Na área das exportações de serviços, as previsões contêm uma redução face ao nível atingido em 1994, sobretudo devido à redução do influxo de divisas que decorrerá do fim dos programas especiais.

No conjunto, o défice da balança de transacções correntes deverá reduzir-se 127 milhões de dólares face a 1994, sendo a cobertura das importações de bens e serviços, pelas exportações respectivas de 32 %, contra 28 % no ano anterior.

Trabalho

No âmbito do Trabalho as principais áreas de incidência, em 1995, são a formação profissional, a inserção laboral dos desmobilizados e demais desempregados, o alargamento de âmbito geográfico da segurança social e o reforço do relacionamento com os parceiros sociais no âmbito da concertação social.

Assim as principais acções a serem desenvolvidas circunscrevem-se ao seguinte:

Emprego e formação profissional

— Proceder à formação profissional de 2,285 desmobilizados, com recursos externos, dos quais 1,230 beneficiarão de kits, 200 de emprego subsidiado e os restantes de inserção em micro-projectos;
— Proceder à concessão de 700 financiamentos na criação de micro-empresas visando a criação de 1,020 postos de trabalho e treinamento de 1,800 micro-empresários;
— Proceder, em coordenação com a OIM, GTZ e projecto DHO, à aprovação de micro-projectos visando a inserção laboral de 15 000 desmobilizados;
— Proceder à formação de 736 desempregados com recursos do Orçamento Geral do Estado;
— Prosseguir com acções de colocação de desempregados que se dirijam aos centros de emprego, visando satisfazer as necessidades dos empregadores;
— Prosseguir com as acções de reforço da capacidade institucional do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional, visando uma maior intervenção na solução dos problemas de emprego;
— Proceder à revisão dos sistemas de emprego e de formação profissional procurando um melhor ajustamento à realidade actual;
— Garantir uma maior protecção de mão-de-obra nacional, através de autorização de trabalho de estrangeiros apenas nos casos em que não existam nacionais com a qualificação pretendida.

Concertação social

Para 1995, prevê-se a consolidação e implementação do órgão e do diálogo entre o Governo e os parceiros sociais sobre assuntos do âmbito da Comissão Consultiva do Trabalho, incentivando e facilitando a negociação, sobretudo a concertação social, o que passa necessariamente pelo alargamento da agenda dos assuntos de interesse das partes.

Outras acções previstas neste âmbito são as seguintes:

— Consolidar a institucionalização da Comissão Consultiva do Trabalho, visando o alargamento das consultas aos parceiros sociais;
— Promover seminários bipartidos sobre experiências de negociação colectiva do trabalho visando o reforço do papel de mediação;
— Prosseguir e intensificar o apoio e assistência técnica aos parceiros sociais durante o processo de negociação.

Actividade legislativa

Adequar a legislação laboral (Lei do Trabalho) à nova dinâmica social e económica decorrente do novo quadro político-constitucional e progressiva abertura para a economia do mercado, visando flexibilizar as relações jurídico-laborais entre empregadores e trabalhadores.

Segurança social:

— Garantir a extensão e consolidação do sistema de segurança social a todo o país, através do alargamento do sistema às províncias de Cabo Delgado e Niassa;
— Proceder ao desenvolvimento do sistema de modo a abranger o maior número possível de trabalhadores com o envolvimento de empresas ou organizações com cinco ou mais trabalhadores;
— Proceder à actualização do valor das pensões em função do custo de vida;
— Proceder à aplicação das reservas financeiras do sistema de segurança social na construção de um edifício de nove andares para a sede do INSS e arrendamento na cidade de Maputo;
— Garantir a protecção social dos trabalhadores emigrantes e propor acordos bilaterais com os países de imigração.

Inspecção do trabalho:

— Intensificar as acções inspectivas de carácter educativo/orientador e coersivo com a motivação contínua do desenvolvimento harmonioso entre parceiros sociais para melhoria das condições e ambiente de trabalho;
— Promover acções de divulgação das normas de protecção, higiene e segurança no trabalho com vista à redução da sinistralidade.

Estatísticas sociais:

— Conhecer a remuneração e o peso relativo dos trabalhadores que auferem salário mínimo;
— Proceder ao inquérito ao emprego estruturado com vista a conhecer a situação do emprego em volume, tipos de vínculos, fluxos existentes e profissões em falta;
— Proceder ao tratamento da relação nominal com vista a conhecer a estrutura empresarial, a situação do emprego, as remunerações médias e duração do trabalho.

Relacionamento com organismos internacionais:

— Proceder à preparação da 82.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
— Elaborar relatórios sobre convenções/recomendações da OIT.

Saúde

A situação de pobreza e de subdesenvolvimento do país traduz-se numa realidade social com problemas de saúde e perfil epidemiológico caracterizado, fundamentalmente, por altas taxas de morbi-mortalidade infantil e materna, que ocorrem nas zonas rurais e periurbanas, onde a cobertura dos serviços básicos é baixa, devido à fraca disponibilidade de recursos.

As principais causas de morbi-mortalidade em Moçambique são nomeadamente as doenças transmissíveis, malnutrição, diarreias, malária e o sarampo. Por outro lado, o aumento progressivo dos casos de SIDA e dos acidentes de viação e violência, tendem a complicar o quadro sanitário do país.

Provam esta realidade os indicadores abaixo mencionados e que caracterizam o estado de saúde da população moçambicana em 1994.

Tabela de indicadores vitais

Taxa de mortalidade infantil (TMI)	128/1.000 N.V.
Taxa de mortalidade de crianças Menores de 5 anos (TMIM5)	270/1.000 N.V.
Esperança de vida à nascença (anos)	45
Taxa bruta de mortalidade (TBM)	18/1.000 N.V.
Taxa de mortalidade materna (TMM)	300/100.000
Malnutrição crónica (%)	30.40
Baixo peso à nascença (BPN) (%) 1/	33

1/ Dados relativos a algumas maternidades do País.
N.V. — Nados Vivos.

A paz, a reconstrução, as mudanças sociais, económicas e políticas bem como as expectativas das populações, recomendam uma contínua melhoria nos métodos de planificação e gestão dos serviços de saúde e o aumento gradual das taxas de cobertura pelas acções de saúde quer preventivas quer curativas, promotivas e reabilitativas e a nda a procura de melhoramento de qualidade do acto praticado e a redução da morbi-mortalidade.

Neste contexto, de entre os objectivos fundamentais no sector de saúde para 1995, destacam-se os seguintes:

— aumentar a disponibilidade de cuidados de saúde primários, sustentáveis e de boa qualidade para toda a população moçambicana;
— continuar a privilegiar a medicina preventiva e os cuidados de saúde primários;
— continuar a priorizar a assistência sanitária às camadas desfavorecidas da população, às zonas rurais e aos grupos de maior risco sanitário, como sejam as mulheres, as crianças, os deslocados e regressados e trabalhadores de sectores de maior risco ocupacional;
— melhorar a qualidade dos cuidados médicos prestados;
— dar continuidade à formação de pessoal de saúde e das acções conducentes à melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da saúde.

Com vista a atingir estes objectivos o sector da saúde prevê para 1995, desenvolver as seguintes acções:

No âmbito da *Prestação de Cuidados de Saúde:*

— continuar o papel activo, de carácter predominantemente preventivo, em relação aos principais problemas de saúde da população pelo aumento das coberturas;
— prosseguir a implementação e desenvolvimento de programas de protecção da saúde em especial da mulher e da criança, priorizando o programa de saúde materno-infantil, o programa de vacinações, o programa de nutrição, o programa de saúde escolar e o programa do controle das doenças transmissíveis e profissionais;
— reconstruir as unidades sanitárias nas zonas rurais e reabilitar as unidades sanitárias das zonas urbanas, incluindo as infra-estruturas de apoio, tais como armazéns de medicamentos, economatos e centros de formação de pessoal de saúde com prioridade para as áreas de reassentamento das populações deslocadas;
— capacitar e garantir o funcionamento dos Postos de Saúde, sobretudo dos que apenas realizam acções curativas, para o desempenho de funções promotivas e preventivas;
— reactivar a rede de Postos de Saúde nos locais de trabalho;
— prover o Sistema Nacional de Saúde de técnicos específicos, em quantidade e qualidade, de acordo com a extensão da rede sanitária e das coberturas previstas para o período;
— desenvolver mecanismos de apoio ao sector privado, em particular, às entidades privadas de fins não-lucrativos e as que pretendem operar em zonas desfavorecidas com vista a aumentar o acesso aos cuidados de saúde primários;
— estender o atendimento de urgência, principalmente nas grandes cidades.

No âmbito da *Política Farmacêutica e de Medicamentos:*

— proceder à revisão da legislação vigente sobretudo a relativa ao registo e importação de medicamentos;
— continuar os esforços de pesquisa e valorização da Medicina Tradicional, com vista a sua utilização mais segura pelos cidadãos.

No âmbito do *Desenvolvimento dos Recursos Humanos:*

— melhorar as condições de vida dos profissionais de saúde, através de uma remuneração condigna, construção de habitação, e melhoria das condições de trabalho;
— intensificar os esforços na formação contínua dos trabalhadores, incluindo o estudo de viabilidade de abertura de cursos de nível superior, para os profissionais não médicos;
— desenvolver a capacidade técnica de gestão e de administração das unidades sanitárias, através da formação de quadros, introdução de tecnologias modernas e participação comunitária;
— ministrar cursos de formação de nível básico e médio para graduar, em 1995, cerca de 250 e 150 profissionais, respectivamente

No âmbito do *Desenvolvimento da Gestão e Financiamento do sector:*

— melhorar o sistema de recuperação de custos nas unidades sanitárias do Serviço Nacional de Saúde;
— melhorar o aprovisionamento de medicamentos, através da produção local, melhoria da distribuição, bem como a construção de novos armazéns.

No âmbito das *Acções de Investigação:*

— desenvolver a capacidade institucional de medição do impacto dos programas no estado de saúde da população;
— desenvolver a capacidade institucional para a medição da qualidade dos serviços, através do Sistema de Informação (SIS) e de estudos adequados.

Com vista a garantir a implementação dos programas de protecção da saúde da família, o sector da saúde propõe-se desenvolver as seguintes actividades:

Programa Alargado de Vacinações:

— vacinar contra a tuberculose as crianças dos 0-11 meses de idade, de modo a atingir um mínimo de 75 % de cobertura global do grupo-alvo (90 % nas zonas urbanas e 70 % nas zonas rurais;
— vacinar contra o sarampo, as crianças dos 9 a 23 meses de idade, com uma cobertura a nível global de cerca de 70 % do grupo-alvo (80 % na zona urbana e não inferior a 67 % na rural);
— vacinar contra DPT e Anti-Pólio (3.as doses) as crianças dos 0-23 meses de idade, (priorizando-se a vacinação das crianças dos 0-11 meses de idade) de forma a atingir uma cobertura global não inferior a 65 % (80 % na zona urbana e 60 % na zona rural).

Programa de Saúde Materno-Infantil e Planeamento Familiar (SMI/PF):

— atender as mulheres grávidas, em consultas pré-natais, atingindo uma cobertura global de 60 % (80 % nas zonas urbanas e 35 % nas rurais);
— realizar partos institucionais nas unidades sanitárias, devendo atingir uma cobertura global de 30 % dos partos previstos (65 % nas zonas urbanas e 20 % nas rurais);
— realizar primeiras consultas pós-parto, atingindo uma cobertura de 75 % dos partos institucionais;
— atender as crianças dos 0-11 meses de idade em consultas de controle (primeiras consultas do ano), atingindo uma cobertura global de 80 % do grupo-alvo;
— atender as crianças dos 0-4 anos de idade em consultas de controle, atingindo uma cobertura de 35 % do grupo-alvo;
— promover o controle de crescimento e a atencão das crianças menores de 5 anos de idade, em particular, através de acções de prevenção e atenção às doenças alva (diarreias, infecções respiratórias agudas, malária, sarampo e malnutrição);
— realizar as consultas de Planeamento Familiar priorizando as mulheres de alto risco obstétrico e, com uma cobertura global de 5 % (mulheres em idade fértil 15 a 49 anos).

Programa de Nutrição:

— continuar com o desenvolvimento de programas de combate às principais carências nutricionais em iodo e vitamina «A»;
— melhorar a análise do sistema de vigilância nutricional e a utilização de informação nutricional;
— implementar as intervenções nutricionais dirigidas à população em situação de emergência e;
— colaborar e coordenar ao nível intersectorial visando incluir as considerações nutricionais nos projectos e programas da área alimentar e nutricional.

Sistema de Vigilância Epidemiológica:

— dar continuidade às acções conducentes a reduzir a morbi-mortalidade materna e infantil através da produção, análise e interpretação da informação válida que permita uma melhor planificação e gestão dos programas de atenção primária de saúde;
— implementar estratégias e acções de prevenção e luta contra epidemias.

Programa de combate às Grandes Endemias:

— identificar 68 % dos casos de tuberculose com baciloscópias (fontes de infecção) e tratá-los segundo os esquemas estabelecidos;
— reduzir a taxa de abandonos ao tratamento da tuberculose de 8 meses (curta duração) para 10 a 13 % e melhorar os resultados de tratamento aos doentes tuberculosos, atingindo uma taxa de cura de 70 %;
— reduzir para 15 % a taxa de abandonos ao tratamento multidroga na lepra e garantir que 60 % dos doentes completem um ciclo completo de tratamento.

Educação

Com a consolidação da paz, a estabilidade e melhoria da acessibilidade, a procura dos serviços do sector aumentou significativamente.

A satisfação desta procura, não pode contudo, ser uma tarefa só do Governo, mas de toda a sociedade moçambicana Para que a sociedade possa colaborar para minimizar os graves problemas que o sector atravessa, uma das actividades do MINED, será a intensificação da colaboração com as forças da sociedade nomeadamente, as confissões religiosas, as ONG's nacionais e estrangeiras, os agentes económicos e outros.

O programa do sector da Educação para 1995, terá como objectivos gerais os seguintes:

— expandir o sistema de ensino e melhorar a sua qualidade;
— concluir o processo de formulação do Plano Director ou Estratégico do sector da Educação para aumentar a eficácia dos serviços e melhorar a utilização dos recursos internos e externos.

Com vista a atingir estes objectivos, o sector propõe-se realizar as seguintes actividades:

— acompanhar a implementação dos projectos mais importantes do sector, quer os referentes ao aumento da capacidade de unidades escolares como os que se destinam à melhoria da qualidade do ensino, garantindo desta forma uma maior racionalização na utilizacão dos recursos quer internos quer externos;
— elaborar, aprovar e divulgar documentos normativos sobre o regulamento das escolas públicas, a contabilidade escolar, as matrículas e transferências, a avaliação dos alunos e a assistência social dos alunos;
— dar continuidade a revisão dos curriculas a todos níveis de ensino e proceder à sua divulagção;
— reactivar as funções de controle e apoio pedagógico às escolas, definindo claramente as normas de actuação que deverão ser implementadas;
— implementar o programa de formação do pessoal da educação, dando enfâse particular à formação de professores;
— garantir a provisão em quantidade e qualidade desejáveis dos livros escolares bem como faci-

litar a sua disponibilização e acesso pela maioria dos alunos;

— dar seguimento às acções em curso em todo o País, com vista a reabilitar, reconstruir e apetrechar as unidades escolares, com prioridade para o ensino primário nas zonas rurais;

— encorajar a matrícula e a regularidade de frequência do ensino primário, mediante a distribuição gratuita do livro escolar, através do Fundo da Caixa Escolar aos alunos mais necessitados.

A implementação deste programa permitirá que no sector da educação sejam atingidas as metas descritas em seguida.

Efectivos escolares

Embora tenham sido significativos os esforços desenvolvidos com vista a proceder a reabilitação e reconstrução das unidades escolares para o aumento da cobertura escolar, os níveis a serem atingidos em 1995 estão ainda muito aquém das necessidades

Efectivos escolares para 1995

Designação	Novos ingressos	Número total de alunos	Número de graduados	Número de escolas	Número de professores	Número de turmas
I Educação de adultos						
1.º – 3.º Anos		29 722	2 874	208		987
6.ª – 7.ª classes	5 605	19 195	3 651	74		430
8.ª – 10.ª classes	3 834	18 591	2 199	44		422
E P U – Nocturno	1 157	3 589	679			85
Subtotal	10 596	71 097	9 403	326	0	1 924
II. Educação geral						
EP1 (1.ª – 5.ª classes)	311 346	1 400 112	83 115	4 061	28 404	27 947
EP2 (6.ª – 7.ª classes)	43 160	123 378	25 786	198	2 815	2 641
Secundária (8.ª – 10.ª classes)	8 415	32 955	3 639	47	1 053	738
Pré-Universitária (11.ª – 12.ª classes)	1 000	3 634	837		203	86
Subtotal	363 921	1 560 079	113 377	4 306	32 478	31 412
III Educação técnico-profissional						
Cursos do nível elementar	65	121	0	1		4
Cursos do nível básico	2 197	12 028	577	22		369
Cursos do nível médio-técnico	584	2 212	339	6		67
Subtotal	2 846	14 361	916	29	0	440
IV Formação de professores						
Primária 1.º grau (1.ª – 5.ª classes)	683	3 909	739			103
Primária 2.º grau (6.ª – 7.ª classes)						
Cursos do nível médio-pedagógico	30	798	195	3		23
Subtotal	713	4 707	934	3	0	126
Total geral	378 076	1 650 244	124 630	4 664	32 478	33 902

Formação de pessoal:

— início do funcionamento de um curso de formação de professores da 10.ª+2, nos Institutos de Magistério Primário;

— formação de 15 coordenadores do Programa de Micro-Ensino, e formação de 3000 professores «E» no âmbito do ensino à distância;

— extensão do programa de micro ensino a todas as províncias do País;

— formação dos directores distritais de educação e de directores das escolas primárias;

— continuação da formação dos instrutores dos Centros de Formação de Professores em metodologias de ensino;

— continuação do Curso de Bacharelato em Educação de Adultos com o apoio da Universidade de Linkoping e em metodologias de ensino com o apoio da Escola Superior de Educação de Setúbal;

— continuação do Curso de Mestrado em Educação Básica com o apoio do «Marjon College».

Acção social

A transformação da Secretaria de Estado de Acção Social em Ministério para a Coordenação da Acção Social, consubstancia a compreensão da importância e da gravidade dos problemas sociais que o país enfrenta, particularmente dos grupos vulneráveis.

Constituem objectivos fundamentais da política na área de Acção Social, os seguintes:

— prestar assistência aos grupos populacionais com carência de apoio social, material ou moral, nomeadamente: crianças, mulheres, idosos, deficientes (incluindo os mutilados de guerra), deslocados e repatriados, promovendo o seu bem-estar através da elevação do seu nível de vida e extensão de oportunidades para o máximo desenvolvimento das suas capacidades;

— prestar atenção especial aos soldados desmobilizados criando condições para a sua adequada e rápida reintegração na sociedade civil e;

— desenvolver acções para atenuar o impacto da introdução das medidas de ajustamento estrutural sobre as camadas mais vulneráveis da população.

Para 1995, pretende-se prosseguir com os objectivos fundamentais acima definidos, com destaque para os seguintes objectivos específicos:

— promover a dignidade das crianças marginalizadas, desamparadas com fraco desenvolvimento e com deficiência bem como proporcionar-lhes todas as oportunidades possíveis de desenvolvimento físico, psicológico e social;
— contribuir para a dignificação e melhoria de condições de vida de pessoas com deficiência;
— promover e reforçar a integração dos idosos na comunidade e na sociedade;
— prestar apoio directo às pessoas sem meios de subsistência;
— promover a dignificação da mulher, o respeito dos seus direitos bem como criar maiores oportunidades para o seu desenvolvimento sócio-económico;
— capacitar a instituição para o desempenho das suas funções no quadro da transformação estrutural do sistema de acção social.

Para alcançar estes objectivos, serão observados os seguintes princípios estratégicos:

— participação comunitária na identificação e solução de problemas;
— sustentabilidade de todas as acções programadas; e
— promoção da participação da sociedade civil organizada através das associações e das instituições religiosas e outras na implementação de programas de Acção Social.

Com vista à materialização dos objectivos referenciados, o MINCAS propõe-se desenvolver, em 1995 as actividades seguintes:

Programa de desenvolvimento infantil:

— Documentar, localizar e integrar as crianças em famílias substitutas;
— Promover o interesse pela adopção e tutela, através de seminários e educação pública;
— Lançar iniciativas «piloto» para identificar crianças da rua para a sua reinserção na família;
— Reforçar a coordenação com as ONG's com vista a estender a rede de apoio à criança da rua;
— Melhorar o atendimento da criança em idade pré-escolar, através de:
  - divulgação dos resultados da avaliação do trabalho sócio educativo desenvolvido pelas escolinhas comunitárias;
  - supervisão do programa de escolinhas comunitárias;
  - introdução da experiência piloto para uma maior integração da escolinha na comunidade;
  - elevação da cobertura das escolinhas;
  - realização de seminários regionais sobre o estudo e avaliação do manual pedagógico.
— Melhorar o atendimento de crianças deficientes nas instituições e na comunidade;
— Dar cobertura à escala nacional do Programa do ABC (Atendimento Baseado na Comunidade);
— Promover a defesa dos direitos da criança, bem como a revisão da legislação existente e/ou promulgação de novas leis que visem o cumprimento dos referidos direitos;
— Melhorar o atendimento da criança nas instituições infantis.

Programa de atendimento aos deficientes:

— Contribuir para a dignificação e melhoria de condições de vida de pessoas com deficiência e sua integração na sociedade;
— Atribuir meios de compensação a pessoas com deficiência e sem recursos.

Programa de atendimento aos idosos:

— Promover e reforçar a integração dos idosos na comunidade e na sociedade;
— Mobilizar as comunidades e a sociedade em geral em apoio aos idosos abandonados;
— Melhorar a qualidade dos serviços prestados nos Centros de Apoio à Velhice (CAV's).

Programa de subsídios de alimentos:

— Prestar apoio directo à população vulnerável formada pelos grupos alvos do programa de ajuda pecuniária do Gabinete de Apoio à População Vulnerável (GAPVU);
— Aumentar o número de população actualmente beneficiária de subsídios de alimentos expandindo-o para agregados familiares chefiados por mulheres.

Programa de apoio à mulher:

— Rever a legislação actualmente vigente sobre a mulher e adequá-la aos princípios da Constituição da República de Moçambique;
— Definir estratégias de intervenção e elaborar um plano de acção que vise recolher e identificar as necessidades da mulher;
— Apoiar a capacitação institucional das ONG's que trabalham em prol da mulher;
— Estabelecer mecanismos de coordenação intersectorial para integração das necessidades da mulher nos programas sectoriais;
— Preparar o processo da participação do Governo à Cimeira de Beijing, na República da China.

Desenvolvimento institucional:

— Capacitar a instituição para o desempenho das suas funções no quadro da transformação estrutural do sistema de Acção Social e elevar o nível de organização da função de planificação.

Meio ambiente

Os recursos humanos e naturais são a base do desenvolvimento económico e social do país. Esses recursos precisam de ser utilizados e geridos de maneira racional, para promover o desenvolvimento sustentado, para evitar a degradação ambiental, garantir o sustento e a qualidade de vida da população e das gerações vindouras.

Para 1995, o sector de coordenação e gestão do meio ambiente realizará os seguintes objectivos fundamentais:

— gerir o meio ambiente através do Programa Nacional de Gestão Ambiental;

— aplicar medidas eficientes de controlo do ambiente através da promulgação da legislação específica;
— assegurar a coordenação ambiental e intersectorial central com os órgãos locais e garantir a inclusão de princípios ambientais nas políticas económicas e nos programas de desenvolvimento;
— assegurar a descentralização da instituição central de gestão ambiental para os órgãos locais;
— garantir que cada cidadão conheça os seus direitos e deveres ambientais através da educação e capacitação das comunidades locais;
— implementar um programa de consciencialização ambiental para garantir a participação popular na gestão ambiental;
— estabelecer mecanismos de fiscalização e controlo da degradação e outras mudanças no ambiente, pela criação de um Centro Nacional de Pesquisa e Monitorização Ambiental;
— garantir que as comunidades beneficiem da utilização e gestão dos recursos naturais locais, privilegiando a mulher, sobretudo nas zonas rurais;
— desenvolver programas de educação de crianças e jovens nos princípios e práticas ambientais como contributo para um desenvolvimento sustentável.

Administração estatal

A modernização e capacitação do aparelho de Estado constitue um dos principais objectivos a prosseguir em 1995. Para alcançar esse objectivo o Ministério da Administração Estatal desenvolverá, entre outras, as seguintes acções:

— anunciar os principais objectivos da Reforma da Administração Pública: introdução de incentivos e bónus de produtividade, eliminação dos sectores/actividades não prioritários;
— iniciar a implementação da Reforma da Administração Pública;
— implementar a Lei dos Municípios;
— desconcentrar, progressivamente a Administração Pública do nível central para o provincial.

No âmbito de combater as situações de corrupção e assegurar a transparência governativa, prevê-se a adopção de um código de ética para os funcionários públicos, incluindo o tratamento dos conflitos de interesses.

Justiça

O reforço da legalidade constitui um dos objectivos centrais a serem prosseguidos em 1995, estando reflectido em termos de dotação orçamental através de um aumento dos recursos afectos a esta finalidade.

Em 1995, os objectivos centrais a prosseguir na área da Justiça, são os seguintes:

— Realização de actividades formativas para garantir uma melhor administração da justiça;
— Desenvolver acções de disseminação do Direito e divulgação jurídica;
— Promover actividades com vista a assegurar o direito de defesa dos cidadãos, especialmente dos mais carenciados de meios económicos;
— Assegurar a melhoria do atendimento nas Conservatórias e Registos Notariais;
— Aprofundar e incentivar o relacionamento entre o Governo e as diversas confissões religiosas;
— Garantir condições para o melhor funcionamento do sistema penitenciário.

Preço — 4536,00 MT

Imprensa Nacional de Moçambique